

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

FÁBIO DE LIMA VARGAS

**DEFICIÊNCIA FÍSICA: A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM
DEFICIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TABATINGA - AM**

TABATINGA - AM

2022

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

FÁBIO DE LIMA VARGAS

**DEFICIÊNCIA FÍSICA: A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM
DEFICIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TABATINGA - AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-Amazonas.

Orientadora: Prof^ª. Me. Darcimar Souza Rodrigues

TABATINGA - AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

V297dd Vargas, Fábio de Lima

Deficiência Física: a experiência de profissionais com deficiência em escola pública no município de Tabatinga AM: Deficiência Física: a experiência de profissionais com deficiência em escola pública no município de Tabatinga-AM / Fábio de Lima Vargas. Manaus: [s.n], 2022.
83 f.: color.; 1 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.

Inclui bibliografia

Orientador: Darcimar Souza Rodrigues

1. Deficiência Física. 2. Experiência Profissional.
3. Escola Pública. I. Darcimar Souza Rodrigues (Orient.).
II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Deficiência Física: a experiência de profissionais com deficiência em escola pública no município de Tabatinga-AM

FÁBIO DE LIMA VARGAS

**DEFICIÊNCIA FÍSICA: A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS COM
DEFICIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TABATINGA - AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, no Centro de Estudos Superiores de Tabatinga-Amazonas.

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^ª. Me. Darcimar Souza Rodrigues
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Avaliadora 1 - Prof^ª. Esp. Tamires Furtado das Chagas
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Fisioterapeuta Marleide Muca de Souza
Técnica da Rede Municipal de Ensino - SEMED

TABATINGA - AM

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a DEUS que com sua infinita sabedoria me abençoou em toda minha trajetória. Aos meus Pais Sorlande de Oliveira Vargas e Ângela Maria Carvalho de Lima que sempre estiveram ao meu lado, servindo de inspiração e me repassando ensinamentos, amor e carinho. E também aos meus amigos, professores e orientadores que contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em todos os anos de minha existência me concedeu muitas bênçãos e pela oportunidade que me deu em realizar esta faculdade, que com muita força e dedicação pude finalizar, contando com sua força e paz, tornando-se minha base para continuar sempre minha caminhada. Agradeço também aos meus familiares, em especial aos meus pais Sorlandi de Oliveira Vargas e Ângela Maria Carvalho de Lima por terem me dado a luz e a oportunidade e o incentivo de seguir sempre frente em busca de um futuro melhor, e por proporcionarem a realização desta graduação incentivando meu crescimento profissional e que nos momentos de minha ausência dedicada ao estudo superior sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação do presente. Agradeço as minhas irmãs Tatiane de Lima Vargas, Flaviane de Lima Vargas, Karina de Lima Vargas e a minha sobrinha Victória Eduarda de Lima Vargas, a vocês minhas queridas e amadas minha sincera gratidão por todo incentivo na conquista de meus sonhos. E agradeço a minha irmã Fabiana de Lima Vargas que por mais que não esteja entre nós ela sempre foi um exemplo de mulher.

Não poderia também de deixar de agradecer a todos os professores que contribuíram e me ajudaram ao longo de minha caminhada colaborando e aguçando do meu conhecimento estudantil, a cada um de vocês meu especial agradecimento, por todo conhecimento proporcionado para minha formação profissional, agradeço em particular a professora Rosi Meri que sempre esteve prestativa as minhas dúvidas, me auxiliou em alguns trabalhos dentro da UEA, agradeço a minha orientadora Professora Darcimar Souza Rodrigues pela paciência e disponibilidade para me orientar, onde esteve sempre me incentivando a terminar a pesquisa não me deixando desanimar e desistir, com quem também pude aprender a ampliar meus conhecimentos.

Durante essa longa jornada tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis que fizeram parte da minha vida, como minhas amigas que não poderia deixar de agradecer, Silvia Leticia Muller, Neirelene Nascimento de Paula e Ediene de Brito eu agradeço imensamente e sou grato por ter conhecido e ter a amizade de cada uma de vocês.

Por fim, agradeço imensamente aos meus colegas de turma, com quem pude trocar experiências e aprofundar discussões que ao longo da caminhada criei um imenso carinho e afeto por todos.

Deficiência

“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive sem ter consciência de que é dono do seu destino.

“Louco” é quem não procura ser feliz com possui.

“Cego” é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria. E só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

“Surdo” é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

“Mudo” é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

“Paralítico” é quem não conseguiu andar na direção daqueles que precisam de ajuda.

E finalmente a pior das deficiências é ser miserável, pois miseráveis são todos que não conseguem falar com Deus.

“Amizade é um amor que nunca morre”.

(Mário Quintana)

RESUMO

O presente trabalho monográfico, com tema “Deficiência Física: a Experiência de Profissionais com Deficiência em Escolas Públicas no Município de Tabatinga-AM” vem abordar sobre o papel do professor com deficiência diante das suas experiências como educador em escola pública, apontando suas dificuldades, obstáculos e conquistas dos seus direitos em função de uma carreira profissional, mas principalmente elencando os desafios superados diante dessa jornada. Para isso conta com o embasamento teórico de vários autores que abordam sobre uma perspectiva geral do termo deficiência com significados e classificações, principalmente sobre os desafios que os profissionais com deficiência enfrentam para conseguir adentrar no mercado de trabalho fatos esses que de alguma forma ainda há uma grande barreira desse público profissional, perante as leis existentes, mais que ainda não são exercidas com devido direito para essas pessoas. O trabalho teve o objetivo de analisar a experiência e importância de profissionais da educação escolar com deficiência no campo do trabalho escolar em todos seus aspectos de direito. A temática foi abordada através de uma metodologia investigativa, realizada na perspectiva de pesquisa quanti-qualitativa, pautadas em pesquisas bibliográfica e de campo em duas Escolas Municipais e em duas Escolas Estaduais existentes do Município de Tabatinga-AM. Assim trata-se de uma pesquisa exploratória que se enquadra na linha de Educação, Cultura e Escola. Como método de coleta de dados, aplicou-se questionários a professores com deficiência física. Os resultados em relação as experiências de profissionais com deficiência física mostram que, o papel dos professores vai além disso, pois se compreende as experiências dos entrevistados como pessoa/professor, que durante muito tempo de carreira colaborando com educação escolar, enfrentaram muitas dificuldades e principalmente obstáculos, e que no fim o seu trabalho fizeram a diferença para o campo da educação e na vida de muitos alunos no decorrer desses anos todos.

Palavras-chave: Deficiência Física. Profissionais. Experiência.

RESUMEN

El presente trabajo monográfico, con el tema “Discapacidad Física: la Experiencia de los Profesionales con Deferencia en las Escuelas Públicas del Municipio de Tabatinga-AM” viene a abordar el rol del docente con discapacidad frente a sus experiencias como educador en una escuela pública, señalando sus dificultades, obstáculos y conquistas de sus derechos debido a una carrera profesional, pero principalmente enumerando los desafíos superados en este camino. Para ello, se apoya en la base teórica de varios autores que abordan una perspectiva general del término discapacidad con acepciones y clasificaciones, en especial sobre los desafíos que enfrentan los profesionales con discapacidad para poder insertarse en el mercado laboral, hechos que de alguna manera aún están en discusión. una distancia gran barrera de este público profesional, frente a las leyes existentes, que aún no se ejercen con los debidos derechos para estas personas. El objetivo de este trabajo fue analizar la experiencia y la importancia de los profesionales de la educación escolar con discapacidad en el campo del trabajo escolar en todas sus vertientes de derecho. El tema fue abordado a través de una metodología investigativa, realizada desde la perspectiva de la investigación cuantitativo-cualitativa, a partir de la investigación bibliográfica y de campo en dos Escuelas Municipales y en dos Escuelas Estatales existentes en el Municipio de Tabatinga-AM. Así, se trata de una investigación exploratoria que se encuadra en la línea de Educación, Cultura y Escuela. Como método de recolección de datos, se aplicaron cuestionarios a docentes con discapacidad física. Los resultados en relación a las vivencias de los profesionales con discapacidad física muestran que el rol del docente va más allá, pues comprende las vivencias de los entrevistados como persona/docente, que durante una larga trayectoria colaborando con la educación escolar, enfrentó muchas dificultades y especialmente obstáculos, y que al final su trabajo marcó la diferencia en el campo de la educación y en la vida de muchos estudiantes a lo largo de todos estos años.

Palabras clave: Discapacidad Física, Profesionales, Experiencia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	17
1.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE DEFICIÊNCIA.....	17
1.1.1 Conceituando Deficiência.....	17
1.1.2 Classificando os tipos de Deficiência.....	21
1.1.3 Definindo Pessoa com Deficiência.....	24
1.1.4 A causa da Deficiência Física.....	26
1.2 OS ASPCTOS DE ACESSIBILIDADE.....	28
1.2.1 Leis e Normas brasileiras que regem a acessibilidade.....	29
1.2.2 Dimensões da Acessibilidade.....	29
1.2.3 Barreiras Arquitetônicas: o grande desafio dos deficientes.....	31
1.2.4 Acessibilidade e sua importância no ambiente escolar.....	32
1.2.5 Normas técnicas para acessibilidade na escola.....	34
1.3 INCLUSÃO SOCIAL: RECONHECENDO AS DIFERENÇAS.....	40
1.3.1 Processo de escolarização ao profissional das pessoas com deficiência.....	41
1.3.2 Trabalho como meio de inclusão para o deficiente e o sistema de cotas.....	44
CAPITULO II – METODOLOGIA.....	48
2.1 Método da Pesquisa.....	48
2.2 O Método de Abordagem da Pesquisa.....	49
2.3 As Técnicas e os Instrumentos da Pesquisa.....	50
2.4 Local da Pesquisa.....	51
2.5 A População e Amostra de Participantes da Pesquisa.....	54
2.6 Os Caminhos percorridos para o desenvolvimento da Pesquisa (Procedimentos).....	55
CAPITULO III - ANÁLISE E DISCURSÃO DOS RESULTADOS.....	57
3.1 PERFIL DOS PROFESSORES.....	57
3.2 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO - DA FORMAÇÃO ESCOLAR AO PROFISSIONAL.....	60
3.3 RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO TRABALHO.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS.....	80

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Interações entre os componentes da CIF.....	20
Figura 2 – Sinalização tátil de piso.....	36
Figura 3 – Superfície inclinada contendo informações táteis.....	36
Figura 4 – Símbolos visuais.....	36
Figura 5 – Aproximação de porta lateral.....	37
Figura 6 – Portas com revestimento e puxador horizontal.....	37
Figura 7 – Desníveis.....	37
Figura 8 – Escada acessível.....	38
Figura 9 – Banheiro acessível.....	39
Figura 10 – Bebedouro.....	39

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CIDID - Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

OMS - Organização Mundial da Saúde

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PCD - Pessoa com Deficiência

SNC - Sistema Nervoso Central

SNP - Sistema Nervoso Periférico

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação dos profissionais com deficiência física.....	58
Gráfico 2 – Gêneros dos Professores com deficiência física.....	58
Gráfico 3 – Faixa Etária Dos Professores com deficiência física.....	59
Gráfico 4 – Séries Ministradas Pelos Professores com deficiência física.....	60
Gráfico 5 – Formação escolar dos Professores com deficiência física.....	61
Gráfico 6 – Educação de qualidade dos professores com deficiência física.....	61
Gráfico 7 – Professores com deficiência física que possui graduação.....	62
Gráfico 8 – Ingresso dos professores com deficiência física no trabalho.....	63
Gráfico 9 – Tempo de trabalho dos professores com deficiência física.....	64
Gráfico 10 – A escola oferece material suficiente e adequado para os professores com deficiência física.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distinção entre Deficiência, Incapacidade e Desvantagem.....	18
---	----

INTRODUÇÃO

A construção deste trabalho foi de suma importância uma abordagem do conceito de deficiência. Diante disso, o Decreto Federal nº 3.298 de 1999, define deficiência como “[...] toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.”

Os deficientes são pessoas que têm os mesmos direitos à autorealização que quaisquer outras pessoas; cada um obedecendo ao seu ritmo, à sua maneira e por seus próprios meios. Somente eles podem superar suas dificuldades e encontrar a si mesmos. Possuem a mesma necessidade de amar e serem amados, de aprender, compartilhar, crescer e experimentar no mesmo mundo que todas as outras pessoas. Faz-se necessário dar a oportunidade de poderem vivenciar suas próprias experiências.

A pesquisa surge como uma inquietação de explorar e em saber como são as experiências de profissionais com deficiência no trabalho e principalmente na área da educação, partindo de sua trajetória de formação até seu ingresso na instituição que trabalha. Além disso, torna essencial conhecer suas histórias, as dificuldades encontradas e ainda os desafios para a sua permanência dentro desse espaço de trabalho em que atuam.

Um dos principais e maiores motivos para a realização desse TCC surgiu através do pesquisador por ter uma deficiência física ainda desconhecida sem nenhum diagnóstico com nome científico em específico e também pelo fato de estar se graduando para atuar na área da educação e pela intenção de saber da realidade das escolas do município de Tabatinga-AM no trato com os profissionais com algum tipo de deficiência no trabalho docente e a relação pessoal e profissional com estudantes inseridos nas na escolas do Município. Além disso, outro fator importante foi o de querer saber quais eram as dificuldades e desafios que esses profissionais de alguma forma enfrentam na rede Municipal e Estadual de ensino, pois sabe-se que as escolas da cidade de Tabatinga-AM não possuem uma infraestrutura adequada para receber esses profissionais com deficiência.

Mediante essa situação geradora, buscou-se repostas para as seguintes questões norteadoras: Como é trabalhar como um profissional da educação tendo uma deficiência? Será que as escolas da cidade de Tabatinga-AM estão preparadas para receber um profissional com deficiência? Como acontece o ingresso de um profissional com deficiência dentro do cenário da educação para o trabalho? Ouve algum empecilho por parte do sistema de

educação em aceitar profissionais com deficiência pelo simples fato de argumentarem que a escola não possui estrutura adequada para eles dentro da instituição?

Diante disso esta pesquisa tem como finalidade trazer e mostrar a experiência de profissionais com deficiência física em escolas públicas, almejando suas dificuldades, superações e conquistas durante a sua trajetória de inclusão no campo da educação, pois sabemos que educação brasileira em si, já é um desafio devido as suas dificuldades já existentes, imagina para um profissional com deficiência física que adentro desse espaço percebe-se que várias outras vão surgindo, tornando o trabalho do professor com deficiência muito mais desafiador. Assim o objetivo geral da pesquisa foi o de pesquisar a experiência de profissionais com deficiência física no campo da educação no espaço do trabalho docente em todos seus aspectos, buscando compreender sobre os obstáculos e dificuldade que os professores com deficiência física enfrentaram para exercer sua carreira como profissional nas escolas públicas na Cidade de Tabatinga-AM, levando em consideração a infraestrutura inadequada que a cidade e escolas de certa forma possuem para atender essa classe de público. Tendo como objetivos específicos pesquisar quais foram as dificuldades diante a sua inclusão no espaço de trabalho escolar e sua trajetória como profissional; identificar os desafios não só da estrutura escolar como também em um conjunto de aspectos relacionais com: alunos, colegas de trabalho, pais dos alunos e etc.; para no final analisar os principais desafios enfrentados pelos professores com deficiência física elencando que através de suas experiências como profissionais, eles possuem a capacidade total de exercer uma carreira como profissional da educação.

Esse Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três capítulos no qual descreveremos a seguir:

No Capítulo I, apresenta-se o referencial teórico composto por três principais tópicos: aspectos gerais sobre deficiência, os aspectos de acessibilidade e inclusão social: reconhecendo as diferenças, no qual o primeiro reuniu conceitos e informações históricas a respeito sobre a deficiência, em seguida o segundo discorre através de estudos de alguns autores sobre as normas e técnica que um espaço precisa ter para se torna acessível, enquanto o terceiro é abordado leis de direitos de inclusão em conjunto com autores sobre o acesso, ingresso e permanência dos deficientes no trabalho.

No capítulo II, aborda-se a metodologia utilizada na aplicação da pesquisa, composta por diversos tópicos principais, abordando o tipo de pesquisa, instrumentos de coleta e análise de dados, campo de pesquisa, além do público-alvo.

E por fim, no capítulo III será abordado a discussão e análise dos resultados da pesquisa, compostas pelos tópicos de identificação dos pesquisados, como se deu o processo de escolarização e formação profissional dos docentes da pesquisa, fechando com a análise sobre os relatos das experiências dos profissionais com deficiência física no trabalho.

CAPÍTULO I - REFERÊNCIAL TEÓRICO

Através de estudos de diferentes autores o presente capítulo tem como objetivo contextualizar o aspecto geral sobre a deficiência, classificando cada uma delas, o mesmo trará alguns tópicos que ajudarão a compreender o contexto da deficiência ao longo dos períodos e seus aspectos históricos, sociais e políticos que envolveram os deficientes para o início do seu reconhecimento por seus direitos, bem como leis e decretos que ajudaram a prover o cidadão com deficiência dentro da sociedade contemporânea, além de traçar as dificuldades e desafios enfrentados pelos deficientes na sociedade, em que de certa forma almejam ingressar no ensino formal ao profissional para poder adentrar no mercado de trabalho.

1.1 ASPECTOS GERAIS SOBRE DEFICIÊNCIA

1.1.1 CONCEITUANDO DEFICIÊNCIA

Ao longo do percurso histórico percebemos a construção de diferentes nomenclaturas para especificar a definição de deficiência, algumas que deixaram de ser utilizadas e outras que ainda são usadas no cenário atual. Nesse estudo adotamos o termo Pessoa com Deficiência. Esse termo foi inicialmente empregado na década de 90 para modificar o termo portador de deficiência. O termo PcD com o tempo passou a ser o mais adequado tendo em vista que as pessoas com deficiência esclarecem que “portador” passa a ideia de que “porta” a “deficiência” e não que essa faz parte de si, sendo a aplicabilidade do termo mais aceita pelo deficiente nos dias atuais (SASSAKI, 2005, p. 19).

Vale destacar algumas influências sofridas dentro do percurso histórico que envolve a construção da definição de deficiência. Inicialmente, com a necessidade de nomear e classificar as doenças, no ano de 1948, as doenças em geral eram incluídas como crônicas, terminação que necessitava de maior afinco dos profissionais da saúde para entender qualquer doença que não apresentada uma regularidade conhecida (AMIRALIAN, et al., 2000, p. 98). Nesse contexto, vários estudiosos, entidades, bem como a doutrina legal, elaboram conceitos sobre o tema, conforme o propósito desejado nas configurações de políticas públicas, concessão de benefícios sociais e outros.

Na saúde, na educação e até mesmo nos critérios de avaliação para receber benefícios do governo, há diferentes definições para deficiência. Regra geral, deficiência pressupõe a existência de variações de algumas habilidades que sejam qualificadas como restrições ou lesões. O que inexistente, no entanto, é consenso sobre

quais variações de habilidades e funcionalidades caracterizariam deficiências. (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010, p. 3).

a) De acordo com a OMS

Em 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publica a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), que diferencia os três termos da seguinte forma:

- **Deficiência:** é qualquer perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.
- **Incapacidade:** é qualquer restrição ou falta de habilidade, resultante de uma deficiência, para realizar uma atividade da maneira ou da forma considerada normal para um ser humano.
- **Desvantagem:** é um prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o cumprimento do papel que é considerado normal para esse indivíduo, dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais.

O Quadro 1 a seguir exemplifica de forma didática a diferença entre esses três termos.

Quadro 1
Distinção entre Deficiência, Incapacidade e Desvantagem

Deficiência	Incapacidade	Desvantagem
Da linguagem	De falar	
Da audição (sensorial)	De ouvir (de comunicação)	Na orientação
Da visão	De ver	
Músculo-esquelética (física)	De andar (de locomoção) De assegurar a subsistência no lar (posição do corpo e destreza)	Na independência física Na mobilidade
De órgãos (orgânica)	De realizar a higiene pessoal De se vestir (cuidado pessoal) De se alimentar	Nas atividades da vida diária
Intelectual (mental)	De aprender De perceber (aptidões particulares) De memorizar	Na capacidade ocupacional
Psicológica	De relacionar-se (comportamento) De ter consciência	Na integração social

Fonte: AMIRALIAN et al, 2000.

A CIDID, baseada no modelo médico², recebe na época várias críticas dos teóricos do modelo social, que apresentavam cinco pontos cruciais para refutar o texto da OMS. O primeiro diz respeito à representatividade do documento, pois segundo eles, o mesmo tinha

sido elaborado por pessoas que não vivenciavam o fenômeno. “O modelo social marcou a assunção da autoridade fenomenológica da experiência do corpo deficiente para a discussão sobre deficiência. [...] a vasta maioria dos teóricos do modelo social era deficiente”. (DINIZ, 2012, p. 42).

O segundo ponto está nos fundamentos morais do documento, uma vez que a tipologia apresentada pela OMS se embasava em conjecturas de normalidade, que definiam como normal uma pessoa não deficiente. O terceiro ponto crucial refere-se à ideia de que as dificuldades enfrentadas pelos deficientes resultavam unicamente de sua condição, ignorando a possibilidade de o ambiente ser um fator de segregação social. O quarto ponto trata da aproximação entre deficiência e doença, que estimulava a intervenção no corpo dos deficientes por meio de práticas e ações medicalizantes, o que para os teóricos do modelo social, acabava afastando a discussão do campo sociológico. Por fim, o quinto ponto critica a CIDID pelo fato de a mesma limitar a origem das desvantagens no indivíduo, demonstrando a deficiência apenas no aspecto pessoal e não no contexto sociológico, o que para eles, dificultava a criação de políticas públicas que promovesse a real inclusão dos deficientes.

Em 2001, a Organização Mundial de Saúde divulga a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), documento que substitui a CIDID. A formulação da CIF teve a participação de movimentos sociais de deficientes, entidades acadêmicas e grupos internacionais, entre outros.

Organizações como a *Rehabilitation International* (RI) tiveram participação importante em questões conceituais ao longo das revisões sucessivas da CIDID/ICIDH até a versão final da CIF. Foi um processo com ampla participação internacional, envolvendo mais de 50 países e 1.800 peritos com todos os centros colaboradores, grupos de trabalho específicos para algumas partes, instituições internacionais representativas e redes internacionais. (DI NUBILA; BUCHALLA, 2008, p. 326).

A CIF altera a classificação da deficiência: o que antes era considerada consequência de doença, agora passa a ser componente da saúde. Também introduz novos termos e conceitos e altera significativamente a definição de incapacidade, que passa a ser um termo geral que engloba os conceitos de deficiências, limitações das atividades e restrições na participação, conforme Figura 1. Nessa nova classificação, a *incapacidade* indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo com uma determinada condição de saúde³ e os fatores contextuais (pessoais e ambientais).

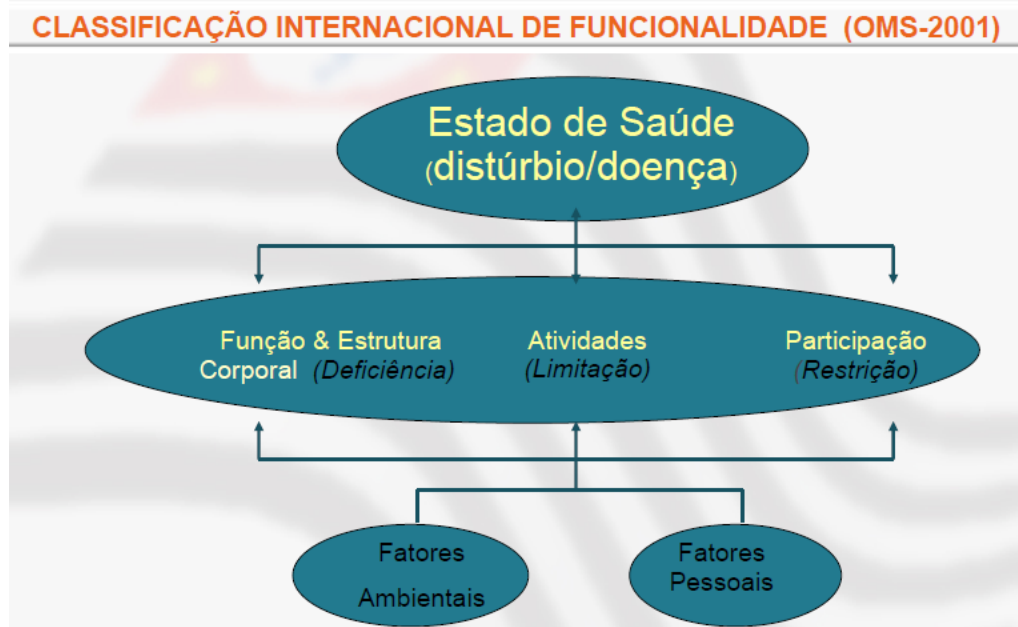


Figura 1. Interações entre os componentes da CIF
Fonte: BATTISTELLA, 2011

A *Deficiência*, nessa nova visão, refere-se a uma perda ou anormalidade⁵ de uma estrutura do corpo ou de uma função fisiológica, incluindo as funções mentais. Já as *limitações das atividades* são as dificuldades que um indivíduo pode ter na execução de tarefas, podendo variar em termos de quantidade ou de qualidade se comparada com a maneira esperada em pessoas sem essa condição de saúde. E as *restrições na participação* são os problemas que um indivíduo com deficiência pode enfrentar quando está envolvido em situações da vida real, sendo determinada pela comparação entre a participação individual e aquela esperada de um indivíduo sem deficiência.

A CIF procura ainda, integrar os modelos médico e social utilizando a abordagem biopsicossocial que articula fatores biológicos, individuais e sociais, reconhecendo assim a complexidade da questão da deficiência. Resumindo, para esse novo paradigma, a *deficiência* é um tipo de condição, ao passo que a *incapacidade* apresenta um estado negativo de funcionamento que não está relacionada apenas à deficiência, mas também associada à influência do meio no desempenho do indivíduo. Aqui cabe um parêntese para enfatizar a diferença existente entre doença e deficiência, visto que são situações diferentes relacionadas à saúde e ao corpo humano, mas que ainda causam certa confusão. Enquanto a primeira pressupõe uma cura que retorna ao estado de saúde original, a segunda constitui uma condição permanente e irreversível.

A um estado de “normalidade” corporal, de saúde corresponde, em termos médicos, um estado pré-patogênico. Uma vez instalada a patologia (quer seja decorrente de

doença propriamente dita, de alteração genética, de acidente, etc.) três são os caminhos possíveis: morte, cura (e então a volta ao estado de saúde) ou a instalação de sequelas. Portanto alterações corporais, codeterminadoras de deficiência física e sensorial e, às vezes de deficiência mental, não são mais doenças necessariamente, embora mantenham com as mesmas vários pontos de tangenciamento: recursos disponíveis, atendimento profissional e – em especial – atitudes sociais frente a elas. (AMARAL, 1995, p. 61).

b) De acordo com a Legislação

A Convenção da Guatemala, de maio de 1999, afirma que deficiência é uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. No Brasil, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei nº 7853/89 conceitua no art. 3º os termos deficiência, deficiência permanente e incapacidade.

De acordo com esse documento considera-se *deficiência* toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; *deficiência permanente* é aquela que ocorre ou se estabiliza durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e *incapacidade* é a redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividades.

Para Maria Aparecida Gugel (2006, p. 25), a definição de deficiência trazida pelo Decreto nº 3298/99, pautada no princípio da normalização do indivíduo, não exprime o reconhecimento de que a pessoa com deficiência é sujeito de direitos e que deve usufruir das mesmas oportunidades que os demais. Ela considera mais apropriada a definição proposta pela Convenção da Guatemala.

1.1.2 Classificando os Tipos de Deficiência

De maneira geral, a deficiência não pode ser apenas observada levando em conta o ponto de vista da medicina, uma vez que altamente relevante o contexto sociocultural do indivíduo. Segundo RIBAS (2003, p. 27), existem três tipos gerais de deficiência: física, sensorial e intelectual, sendo que a segunda se divide em deficiências auditiva e visual. Para o autor, essas deficiências podem ter duas origens: *pré-natal*, que ocorre durante a gestação e

pode ter diferentes motivos, como doenças da mãe ou do feto, causas congênitas, ingestão de drogas, efeitos decorrentes da radiação e outros, e *peri* ou *pós-natal*, também denominadas deficiências adquiridas, que podem ocorrer principalmente por acidentes ou doenças.

O Censo do IBGE classifica as deficiências em visual, auditiva, motora e mental/intelectual, sendo que as três primeiras são subdivididas em três graus: leve, moderada e severa. Outros órgãos que tratam do assunto adotam classificações com algumas diferenças. Por exemplo, a classificação da OMS apresenta cinco tipos principais de deficiência como mais comuns: deficiência mental, física/motora, auditiva, visual e múltipla, que são divididas em quatro grupos: dificuldade de locomoção; dificuldade na fala e/ou na audição; dificuldade na visão; e dificuldade na aprendizagem, retrocesso ou desordem mental.

O Decreto nº 32987, art. 4º, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, classifica as deficiências de acordo com as seguintes categorias:

A **deficiência sensorial**: Nesse grupo podem-se incluir indivíduos que possuem algum nível de deficiência auditiva e visual. Nesses se podem incluir como pessoas deficiência visual, os indivíduos que apresentem desde uma leve a significativa ou até mesma a perda da visão. As pessoas que possuem esse tipo de deficiência possuem maior facilidade de se inserir no mercado de trabalho (BRUMER et al., 2004, p. 16).

De acordo com o Decreto 5.296/04, a deficiência visual pode ser definida como:

Cegueira: no qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; Baixa visão: significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhores correções ópticas; quando o maior campo visual seja igual ou menor de 60°. Ou até mesmo quando ocorre todas as opções acima (BRASIL, 2004, p.1).

Além disso, a visão subnormal pode ser definida como uma redução significativa da visão, no qual não pode ser revertida por meio de cirurgias ou utilização de óculos, essa em geral precede de cegueira total do indivíduo. Sendo assim os indivíduos podem se comunicar e desenvolver sua escrita por meio do Sistema Braille (NABAIS et al., 2000, p. 03).

Os indivíduos que possuem deficiência visual, em geral possuem muita dificuldade no que tange, a acessibilidade, já na maioria das cidades brasileiras não possuem acessibilidade para esses indivíduos, como regularidade de calçadas e meio-fio, entre outros (NABAIS et al., 2000, p. 03).

Para identificar os indivíduos com deficiência auditiva, como redução ou perda parcial ou total da audição. Outro ponto é redução da audição de 41 decibéis ou mais (RIBAS, 2007, p. 23).

Em geral, uma determinação popular para os indivíduos com a deficiência em questão, é a uma pessoa surda-muda. No qual se refere ao fato desses indivíduos não possuírem fala desenvolvida. Entretanto, os mesmos possuem cordas vocais sadias, e que não as utilizam por falta de percepção dos sons, e assim possuem dificuldades em desenvolver a fala (COLL, 2004, p. 24).

O Brasil possui sua língua específica para o desenvolvimento dos indivíduos que possuem esse tipo de deficiência, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Essa língua é que contribui para unir os deficientes auditivos com a comunidade que o cerca (RIBAS, 2007, p. 24).

Indivíduos com deficiência intelectual: no grupo se inclui os indivíduos que apresentam distúrbios de aprendizado e ajuste em meio social. Nesse grupo pode-se incluir as pessoas com diferentes níveis de deficiência mental, geralmente cinco, estes estão descritos a seguir: “Limítrofe, Leve, Moderada, Severa e por fim Profunda” (JUNGHANEL; PELLEGRINI; NABEIRO, 1986, p.219).

Tomando como base o Decreto nº 3.298/99, substituído pelo nº5.296/04, define que os indivíduos com deficiência mental ou que possuem desenvolvimento intelectual menor que a média, que apresentem essas particularidades antes dos 18, assim como limitações que ligada a duas ou mais habilidades que podem ser adaptadas ou aprendidas. Dentre as habilidades pautadas estão: o cuidado pessoal; lazer; saúde e segurança; habilidade social entre outros (BRASIL, 2004, p. 18).

Levando em conta o decreto de 2004 citado acima, existem diferentes maneiras de mostrar e definir a deficiência mental, ainda pode-se levar em conta indivíduos que apresentam paralisias cerebrais; algum tipo de descontrole motor; o autismo, transtornos ligados a relações sociais, além de dificuldades em desenvolver a linguagem (COLL, 2004).

Sendo assim, BRUMER (2004, p. 08) e outros, definem um indivíduo com deficiência mental, como: os grupos que apresentam maior barreira para chegar ao mercado de trabalho. Entretanto é sabido que esse fato está diretamente relacionado ao nível de deficiência do indivíduo.

Deficiência física: Nessa classificação podem-se incluir diferentes tipos de paralisias e limitações que promovem a locomoção dos indivíduos. Além de indivíduos amputados; assim como má formação de membros (BRUMER et al., 2004, p. 10).

Tipos de deficiência física de acordo com o Art. 4 do Decreto nº 3.298 de 1999:

É a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de

paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2007, p.22).

Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências. Assim como as deficiências que não promovem problemas para o indivíduo que a possui (BRUMER et al., 2004, p. 10).

Com relação à deficiência mental abordada no decreto, há duas considerações relevantes. Em primeiro lugar, alguns legisladores criticam a faixa etária imposta pela lei, pois não permite a inclusão de pessoas com deficiências manifestadas na vida adulta. Em segundo lugar, é importante compreender a diferença entre deficiência mental e doença mental, que muitas vezes são consideradas sinônimas. SILVA apud LARAIA (2009, p. 29) explica que doença mental é uma das situações que caracterizam os transtornos mentais⁸. Já a deficiência mental é o desenvolvimento mental incompleto, quando a pessoa tem uma capacidade intelectual limitada e não possui instrumentos que a permitam ter uma total compreensão da realidade.

É importante a correta conceituação de cada tipo de deficiência para que não haja nenhum tipo de dúvida que possa prejudicar o deficiente, principalmente na hora de buscar uma vaga de trabalho, pois o adequado enquadramento evita que a pessoa seja considerada incapacitada para determinada atividade, bem como impede, ao menos em tese, que se habilite alguém que não poderia ser considerado deficiente.

1.1.3 Definindo Pessoa com Deficiência

Atualmente, o conceito em vigor de pessoas com deficiência é o apresentado no texto da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006. Essa Convenção define, em seu art. 1º, que pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais.

Melo (2004, p.26) conceitua pessoas com deficiência como sendo aquelas com certos níveis de limitação física, mental ou sensorial, associados ou não, que demandam ações compensatórias por parte dos próprios deficientes, do Estado e da sociedade, capazes de reduzir ou eliminar tais limitações, viabilizando a integração social dos mesmos. Para Araújo

(2003, p.26), o que define a pessoa com deficiência é a dificuldade de se relacionar e de se integrar na sociedade, e não a falta de um membro ou a visão/audição reduzidas.

A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 1975, expõe que o termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades física ou mental. Já o Decreto nº 5296/04 considera pessoa com deficiência aquela que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades.

No âmbito do Direito do Trabalho, a Convenção nº 159 da OIT de 1983, que versa sobre a reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes, entende por pessoa deficiente aquela cuja possibilidade de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada.

Para Goldfarb (2009, p.26), pessoa com deficiência é aquela que, por possuir alguma limitação, enfrenta maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e nele se manter, especialmente quando comparado às pessoas sem essas limitações, necessitando, assim, de medidas compensatórias com vistas a efetivar a igualdade de oportunidades e acesso ao emprego. Já Gugel (2014, p.26) afirma que pessoa com deficiência é aquela que sofreu perda, ou que possui alguma anormalidade na estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que venha gerar uma incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal, podendo a origem estar associada a uma deficiência física, auditiva, visual, mental, permanente ou temporária.

Para este estudo, é importante destacar ainda, os conceitos apresentados no Decreto nº 3298/99 que especificam pessoas com deficiência em duas categorias, habilitadas e reabilitadas. Entende-se por pessoa com deficiência *habilitada* aquela que concluiu curso de educação profissional (de nível básico, técnico, tecnológico, superior) ou que possui certificado de conclusão de processo de habilitação profissional pelo INSS. Pessoa com deficiência *reabilitada* é a que passa por determinado processo que a permite adquirir o nível suficiente de desenvolvimento profissional para reingressar no mercado de trabalho e conseqüentemente, participar da vida comunitária a partir da identificação de suas potencialidades laborativas. Conclui-se que no Brasil, quem define legalmente “pessoas com deficiência” são os Decretos 3.298/99 e 5.296/04, uma vez que a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, não apresenta essa definição.

1.1.4 A Causa da Deficiência Física

De início é importante abordarmos alguns conceitos, visto que as denominações sempre foram alvo de grandes debates no decorrer das últimas décadas e levaram a diversas interpretações (UNESCO, 2007 p.12).

As expressões utilizadas para se referir às pessoas com alguma limitação física, mental e sensorial assumiram várias formas ao longo dos anos, utilizando-se termos como “inválidos”, “incapazes”, “excepcionais” e “pessoas deficientes”, a constituição de 1988, por influência do movimento internacional de pessoas com Deficiência, incorporou a expressão “pessoa portadora de deficiência”, aplicando-se na legislação ordinária (BRASIL, 2007 p.12).

Pouco depois, foi adotada a expressão, “pessoa com necessidades especiais” ou “pessoa especial”, todas demonstrando uma transformação de tratamento que vai de invalidez e incapacidades à tentativa de nominar a característica peculiar da pessoa, sem estigmatizá-la, denominações que por sua vez tentavam abranger pessoas com deficiência, idoso, gestante e qualquer situação que implique tratamento diferenciado (BRASIL, 2007 p.12).

Dentro de uma perspectiva de inclusão, Sasaki (2005), os movimentos mundiais de pessoas com deficiência, debateram o nome pelo qual elas desejam se chamadas. A expressão considerada mais apropriada foi “pessoa com Deficiência (PcD)”, inclusa no texto da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência ocorrida em 2005. “Portanto, a denominação 'Pessoa Portadora de Deficiência' (PPD), muito utilizado no Brasil, passa a dar lugar ao novo termo” (SASSAKI, 2003, p. 1236).

Já a deficiência, de acordo com a ONU trata-se de uma incapacidade, na execução de uma ou mais atividades, desencadeada pela perda ou alteração anatômica, fisiológica ou psicológica do indivíduo. A partir da descrição é importante deixar claro que a deficiência física se refere “ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema nervoso e o sistema muscular. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida” (MEC/SEESP, 2006, p. 07).

Para se compreender melhor este conceito, façamos uma revisão destas definições. Por sistema nervoso se compreende um conjunto de estruturas, tais como cérebro, cerebelo, tronco cerebral, nervos e medula, formados por neurônios. Neurônios são células especializadas em transmissão de impulso nervoso, ou seja, existem aproximadamente 100 bilhões de neurônios no sistema nervoso.

O corpo humano possui vários ossos. Dois conjuntos de ossos merecem destaque: o crânio e a coluna espinhal. Como diz CARVALHO (2012, p. 08), o crânio são os ossos que formam a cabeça, e a coluna espinhal são aqueles ossos que se encontram na região do pescoço e passam pelas costas até bem lá embaixo, em uma região que se chama cóccix.

Segundo o autor CARVALHO (2012, p. 08) para que se possa compreender melhor: todas as estruturas nervosas que se encontram localizadas dentro dos ossos do crânio e da coluna são consideradas como sistema nervoso central (SNC), e aquelas estruturas nervosas que se encontram localizadas fora dos ossos do crânio e da coluna são consideradas como sistema nervoso periférico (SNP).

Portanto, podemos verificar que existem dois tipos importantes de transmissão nervosa: a motora – que transmite impulsos de movimento – e a sensorial – que transmite as sensações para o sistema nervoso central. Como se vê, o sistema nervoso tanto central como periférico possui importantes funções na manutenção da vida e no comportamento, pois controla todo o funcionamento dos órgãos, assim como o dos músculos. É importante tecer algumas considerações sobre os músculos. O músculo também é formado por várias células, as células musculares. A principal característica dos músculos é a contractibilidade, ou seja, uma vez que o sistema nervoso central envia uma ordem para os músculos, eles se contraem.

A partir dessas informações podemos concluir que o sistema nervoso é responsável por coordenar várias funções importantes que mantêm a vida do ser humano. Uma informação importante a ser dada é que o sistema nervoso leva, aproximadamente, quatro anos após o parto para amadurecer. Esse período, denominado período crítico do desenvolvimento, é crucial na formação da pessoa. Quando ocorrem interferências no desenvolvimento nervoso, seja no período pré, peri ou pós-natal, é muito comum que consequências estejam presentes nestas pessoas.

Deste contexto demanda a definição de PcD, como sendo, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conversar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada.

Como nossa pesquisa se dará com pessoas com deficiência física, ressaltamos seu conceito. Segundo o Decreto n 5.296, de dezembro de 2004, deficiência física trata-se da

“alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades

estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções” (Decreto N° 5.296/2004, Art.5°, § 1).

Tal deficiência é considerada um problema social por caracterizar a realidade de um número relevante de cidadão, sendo importante, portanto o conhecimento sobre a realidade desta, o que facilita por sua vez o processo de inclusão de tal seguimento populacional (OIT, 2001, p. 13).

Por último carece de ser lembrado novamente que a deficiência física se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema nervoso e o sistema muscular.

1.2 OS ASPECTOS DE ACESSIBILIDADE

Segundo a Norma Brasileira n°9050, de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnica, o termo acessibilidade pode ser entendido como: “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia, de edificações, espaços mobiliários, vias públicas, equipamentos urbanos e transportes coletivo.” (ABNT NBR 9050: 2004, p. 10).

Mediante esse conceito citado, cabe aos órgãos e às entidades do poder público e da iniciativa privada assegurarem a pessoa com deficiência o pleno exercício desses direitos.

As barreiras arquitetônicas têm dificultado a entrada de pessoas deficientes no mercado de trabalho, pois impedem e limitam seu acesso.

As pessoas com deficiência se afastam cada vez mais do mercado de trabalho, por causa da acessibilidade, pois nas empresas ainda é tudo precário, nem todas as empresas estão adequadas para atender corretamente, com todos os requisitos que eles necessitam.

Antigamente o acesso de uma pessoa deficiente era muito complexo, mesmo com tantas mudanças na sociedade atual e as regulamentações exigidas por lei, essas pessoas ainda encontram muita dificuldade em diversos âmbitos sociais.

De acordo com Néri (2003, p. 25), a acessibilidade surge como um atributo imprescindível na sociedade e permite que todas as pessoas possam desfrutar das mesmas oportunidades como educação, saúde, trabalho, turismo, lazer e cultura.

O mundo hoje está mais aberto para a inserção do cidadão com a deficiência, e isso se deve não só pela conscientização da população, mas sim principalmente pelo rigor que a lei estabelece quanto à contratação dessas pessoas e as normas que a Lei n°7.853, de 1989 exige.

Como exemplo dessas normas pode citar: os meios de transportes adaptados, estruturas físicas de prédios, calçadas adequadas, acesso de lugares, portas mais largas, e muitos outros, porém as empresas e prédios novos tem que se encaixar na lei, pois se não esses estabelecimentos serão notificados.

Nos ambientes internos, esses obstáculos ocorrem principalmente em: áreas de acesso e de circulação horizontal e vertical; formas de comunicação e sinalização; sanitários; vestiários; mobiliários: telefone, balcões, bebedouros, etc.

1.2.1 Leis e Normas Brasileiras que regem a Acessibilidade

De acordo com o artigo 53 da Lei 13.146 (BRASIL, 2015, p.935), a acessibilidade é um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Já o artigo 54, estabelece que são sujeitas ao cumprimento das disposições desta Lei, e de outras normas relativas à acessibilidade, sempre que houver interação com a matéria nela regulada.

O artigo 55 dessa mesma Lei (BRASIL, 2015, p.935) também refere que a concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.

Os artigos 56 da Lei 13.146, (BRASIL, 2015, p.935) e 58 da Lei 13.146, (BRASIL, 2015, p.935) também reforçam a importância da acessibilidade para pessoas com deficiência na construção, reforma e ampliação de edificações de uso público ou privado. Para garantir a acessibilidade, o artigo 3º dessa mesma Lei fala da NBR 9050. A Norma Brasileira -NBR 9050 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que se encontra em sua terceira edição (de 11.09.2015 e válida a partir de 11.10.2015) e trata de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade (ABNT, 2015, p.935).

1.2.2 Dimensões da Acessibilidade

Sasaki (2006, p.2) menciona que “o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não formais

existentes”. Para ele ainda complementa dizendo que, “a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, ou seja, à dimensão arquitetônica”. O autor classifica o conceito de acessibilidade em seis dimensões: arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, programáticas, metodológicas e instrumentais.

Acessibilidade arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos externos e internos da escola. Alguns exemplos de barreiras são os degraus, buracos e desníveis no chão, pisos escorregadios, portas estreitas, sanitários minúsculos, má iluminação, má ventilação, má localização de móveis e equipamentos, dentre outros (SASSAKI, 2007, p.935).

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual. Ocorre com comunicação face a face, língua gestual, linguagem corporal, e comunicação escrita como jornal, revista, livro, carta, etc., incluindo textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, computador e outras tecnologias para comunicar, comunicação virtual -acessibilidade digital, dentre outros (SASSAKI, 2007, p.935).

Acessibilidade atitudinal: sem barreiras na convivência. Um exemplo é a escola promover atividades de sensibilização e conscientização, a fim de eliminar preconceitos, estigmas, estereótipos. A escola que estimula a convivência entre os alunos, onde respeito ao ser humano seja algo ensinado e cobrado; a escola que constrói junto com sua comunidade uma nova maneira de pensar e viver a educação escolar, substituindo velhos paradigmas por novos, está promovendo a acessibilidade atitudinal (SASSAKI, 2007, p.936).

Acessibilidade programática: sem barreiras invisíveis embutidas em documentos institucionais. Alguns exemplos são conhecer, atualizar e eliminar as barreiras invisíveis contidas em programas, regimentos, regulamentos, portarias, projetos políticos pedagógicos (PPP) e normas da escola, que possam impossibilitar ou dificultar a participação plena, na vida escolar, de todos os alunos, com ou sem deficiência (SASSAKI, 2007, p.936).

Acessibilidade metodológica: sem barreiras para métodos, técnicas e teorias. Alguns exemplos são conhecer, aprender e aplicar a teoria das inteligências múltiplas, os vários estilos de aprendizagem e aprender, produzir e utilizar materiais didáticos adequados às necessidades educacionais especiais, dentre outros (SASSAKI, 2007, p.936).

Acessibilidade instrumental: sem barreiras nos instrumentos e ferramentas de estudo. As barreiras referem-se a qualquer bloqueio ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e circulação com segurança das pessoas. Um exemplo é a

adaptação de material didático, utilização de aparelhos, equipamentos, utensílios e Tecnologia Assistiva (SASSAKI, 2007, p.936).

1.2.3 Barreiras Arquitetônicas: o Grande Desafio dos Deficientes

Considerando a estrutura da grande maioria das ruas e edificações brasileiras, é possível classificá-las como uma arquitetura de segregação, onde limita a utilização do espaço por parte dos usuários. Projetar pensando nas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de ser uma necessidade é um dever, é um ato de praticar a cidadania. Moraes descreve essa relevância como:

[...] promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas cidades, nos edifícios, nos meios de transporte e de comunicação. Isto constitui um direito universal resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania. (MORAES, 2007, p.30)

Todos os obstáculos que dificultam ou impedem o acesso a ambientes, interferindo na liberdade de movimentação e na segurança das pessoas são chamados de barreiras arquitetônicas. A lei n.º 10.098 de 23 de março de 1994 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade classifica essas barreiras em quatro categorias. *As barreiras arquitetônicas urbanísticas* são as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; *as barreiras arquitetônicas na edificação* são aquelas presentes no interior dos edifícios públicos e privados; *as barreiras arquitetônicas nos transportes* são as existentes nos meios de transportes, e *barreiras nas comunicações* que são caracterizadas por qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa. Moraes faz um comentário sobre esses obstáculos que estão presentes nas cidades.

Para as pessoas sem problemas de locomoção as barreiras passam despercebidas, mas nossa arquitetura é injusta para com aquela parcela da população. Esses obstáculos, quando presentes em empreendimentos de uso público, segregam e discriminam essa considerável parcela da população ao negar-lhe a possibilidade de deles usufruir. (MORAES, 2007, p.9)

É válido ressaltar que aquelas pessoas que não veem ou não se incomodam com a falta de acessibilidade por este não ser um problema que lhe atinja, podem um dia necessitar desses mecanismos de auxílio utilizados pelas pessoas com deficiência. Essas dificuldades de acesso não se restringem aos cadeirantes e a outros tipos de deficiência, fatores como idade,

gravidez e fratura de membros pode ocasionar temporariamente uma dificuldade de locomoção.

Nas ruas, um dos principais problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência está na dificuldade de locomoção nas calçadas. Muitas vezes, estas não apresentam uma continuidade regular, em muitas edificações existem degraus em seus acessos principais e quando são construídas rampas nem sempre estão de acordo com a norma, podendo não ser eficiente.

Nas edificações, principalmente nos espaços públicos, os principais problemas enfrentados são: falta de vagas de fácil acesso no estacionamento destinado aos deficientes, acessos ao interior da edificação com obstáculos que impeçam a locomoção, irregularidades em rampas, escadas ou elevadores e inexistência ou irregularidade de banheiros acessíveis.

Um importante espaço de uso público e coletivo é a escola, um ambiente capaz de proporcionar conhecimento e auxiliar na formação cidadã dos alunos. Este ambiente deve estar preparado para convivência com a diversidade, sempre buscando atender as necessidades de todos, inclusive dos deficientes. Fiegenbaum, (2009, p.16) cita de forma geral alguns dos obstáculos presentes nas escolas: “as principais barreiras relacionadas à escola seriam as concernentes à edificação e a utilização dos equipamentos escolares e aquelas referentes à comunicação e informação.” Este problema assemelha-se aos dos demais ambientes, e a sua solução contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

1.2.4 Acessibilidade e sua Importância no Ambiente Escolar

Quando se faz referência às pessoas com deficiência, destaca-se uma importante temática a ser debatida, e surge o conceito acessibilidade arquitetônica que se refere à adaptação de construções urbanas tais como, vias e edificações de uso público ou privado, buscando a eliminação de barreiras físicas. A acessibilidade possibilita que as pessoas com deficiência se locomovam em múltiplos espaços e possam participar de atividades que uma cidade oferece com maior independência, segurança e autonomia. Fiegenbaum define a acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (FIEGENBAUM, 2009, p. 13)

Há muitas leis que garantem os direitos das pessoas com necessidades especiais no Brasil, mas o que se percebe em muitos casos é que há uma grande discrepância entre a legislação e a realidade, uma vez que muitas leis não são executadas, e as condições de acessibilidade arquitetônica mantêm falhas como, desníveis, falta de sinalização e de rampas, dentre outros.

O Brasil é um país evoluído em termos de legislação que preconiza o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais e a garantia de seus direitos a respeito do acesso a edifícios e construções públicas. Porém, se analisarmos o meio urbano, podemos observar que nossa arquitetura não foi projetada para a diversidade, sendo injusta com essa parcela da população, pois a presença constante de obstáculos e barreiras arquitetônicas, como calçadas esburacadas, inexistência de rampas de acesso, sinalização, sanitários adaptados, não são condizentes com o contexto educacional inclusivo. (MORAES, 2007, p.78)

Uma das maiores falhas com relação à falta de acessibilidade é o não investimento por parte do governo na infraestrutura. As argumentações de Nonato contribuem para que se tenha uma maior compreensão sobre esse problema.

Os governos ainda estão poucos acostumados a lidar com a diversidade humana. E as questões das pessoas com deficiência estão em todos os setores. Portanto, uma ação política que não contemple uma pessoa com deficiência está incompleta, pois exclui uma parcela significativa da população. Essas ações devem ser pensadas para uma gama tão ampla de necessidades humanas, o que inclui o atendimento ao direito à acessibilidade. (NONATO, 2011 p.16)

Em escolas, essa situação não é muito diferente, muitas não apresentam uma infraestrutura acessível para que os alunos e até mesmo para os profissionais com deficiência possam ministra suas aulas ou até mesmo se locomover dentro do espaço sem a devida estrutura adequada. Pois se as escolas possuíssem uma infraestrutura adequada esses profissionais com deficiência de uma certa forma dariam aos seus alunos acesso a uma educação ainda mais de qualidade de acordo com a demanda, mesmo sendo um ambiente responsável pela formação dos indivíduos de uma sociedade, onde são transmitidos além dos conhecimentos técnicos, os saberes direcionados aos ensinamentos de valores e princípios, dentre eles o respeito à diversidade que existi no mundo.

Entretanto pela falta de acessibilidade no ambiente escolar, muitos profissionais com deficientes deixam de ter acesso à cômodos que a instituição de educação possui mesmo tendo o interesse de adquirir conhecimentos de algum material que a escola disponibiliza. vale ressaltar que também muitas das vezes há uma segregação por parte das instituições que se classificam como incapazes de receber os profissionais com deficiência alegando a falta de

uma infraestrutura adequada que pode ser ocasionada pela falta de investimento, causando assim uma interferência negativa no processo de inclusão dessas pessoas como explica Fiegenbaum,

As piores barreiras, porém, são aquelas que surgem quando, por exemplo, a instituição se recusa a receber algum aluno por se achar incapaz de atendê-lo, ou quando deixa de investir em obras que facilitariam o acesso de alguns alunos, como rampas, e em decorrência, comprometem sua permanência na escola, assim como ocorre quando não há investimento em instrumentos específicos de aprendizagem. (FIEGENBAUM, 2009, p. 16)

Para a construção de novas escolas, desde a concepção do projeto é necessário priorizar questões relacionadas à acessibilidade, e para escolas existentes é imprescindível que sejam reformadas e adaptadas para reorganizar os espaços e torná-las acessíveis e, assim ser possível, a inclusão de profissionais com deficiência para atuar na área da educação.

No ambiente escolar, a disseminação da ideia sobre a diversidade e a inclusão dos profissionais com deficiências consideradas diferentes contribuem para a socialização e a eliminação de qualquer tipo de preconceito ou discriminação para com essas pessoas. Essas vivências adquiridas pelos alunos nas escolas podem servir de base para que futuramente quando adultos se tenha consciência e possam lutar, contribuindo para assegurar os direitos dos deficientes dando apoio as lutas dessas pessoas com deficiência.

Portanto cabe a cada um de nós fiscalizarmos, exigir e pedir atenção e aplicabilidade dos direitos dos deficientes, afinal eles são seres humanos, não são superiores a nenhum outro sujeito, mas são pessoas que tem algum tipo de deficiência, seres especiais que merecem total atenção e que suas necessidades sejam atendidas para que tenham uma vida digna e laborativa. Certamente, a construção de escolas exclusivas direcionadas aos profissionais com deficiência não seria uma medida eficaz para solucionar esse problema, visto que causaria a exclusão desses profissionais com deficiência dificultando a sua socialização na área de trabalho que atuam.

1.2.5 Normas Técnicas para Acessibilidade na Escola

Alguns passos são essenciais para se tornar uma escola acessível, seja ela pública ou privada. É necessário alterações em sua infraestrutura em pontos que dificultam a locomoção dos deficientes devido a suas limitações.

Por isso, nesse capítulo serão abordadas algumas normas técnicas que possibilitam uma escola acessível, tornando possível um ensino de qualidade, por meio de mudanças e

adaptações nas edificações ou até mesmo pontos que devem ser pensados para os novos projetos de escolas.

Para isso, tem-se por base a NBR 9050:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que traz normas específicas para facilitar o acesso dos deficientes nos mais diversos ambientes, mas neste pesquisa o foco será principalmente nas intervenções necessárias no ambiente escolar coisas que para algumas pessoas que não são deficiente não fazem nenhuma diferença que ao contrário para pessoa com deficiência faz uma total diferença.

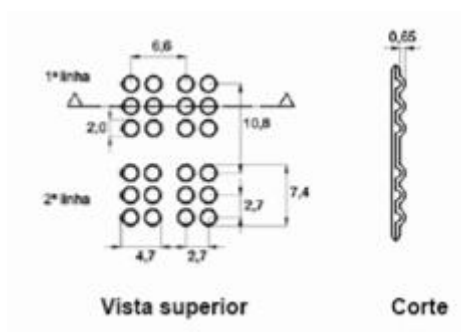
1.2.5.1 Sinalização

Há três formas de sinalização: a sonora que são recursos auditivos que possibilitam uma compreensão da localização dos deficientes, a tátil que acontece através da utilização de objetos em relevo ou Braille e a visual que ocorre através de figuras ou textos.

A sinalização sonora deve estar sempre associada aos recursos visuais. Ela se dá através da emissão de ruídos que tem a finalidade de criar um alerta para os ouvintes para posteriormente ser emitida a mensagem.

Há várias formas de sinalização tátil, as mais conhecidas são: piso tátil e Braille. O piso tátil é uma excelente alternativa para orientar as pessoas que apresentam deficiência visual ou baixa visão direcionando o caminho correto a percorrer. A figura 2 apresenta um exemplo dessa sinalização. O Braille é também utilizado por deficientes visuais, esse sistema representa o processo de escrita e leitura por meio de símbolos, conforme a figura 3.

Figura 2 – Sinalização tátil de piso



Fonte: ABNT NBR 9050.

Figura 3 – Superfície inclinada contendo informações táteis



Fonte: ABNT NBR 9050.

As informações visuais estão representadas pelos pictogramas que são símbolos que representam um objeto por meio de desenhos figurativos. Ela está voltada a informação orientativa. A figura 4 exemplifica algumas sinalizações visuais.

Figura 4 – Símbolos visuais

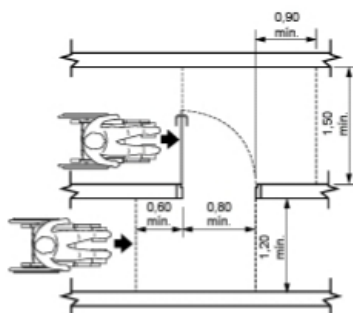


Fonte: ABNT NBR 9050.

1.2.5.2 Portas

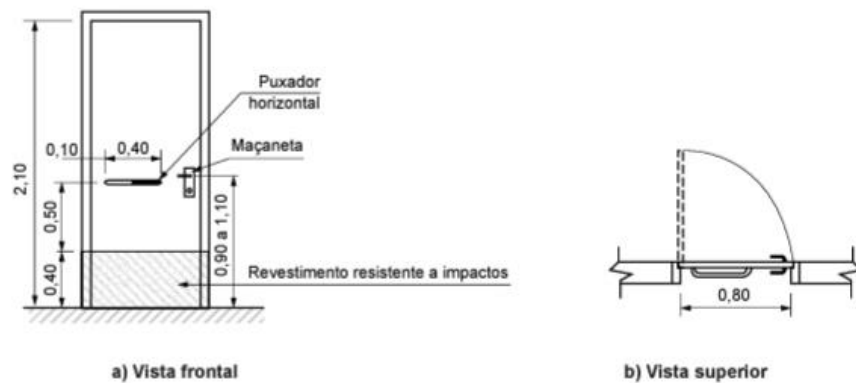
O vão livre mínimo de portas, inclusive de elevadores é de 0,80 m e a altura mínima é de 2,10 m. Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre de 0,80 m, conforme mostra a figura 5. Em sanitários, vestiários e quartos acessíveis em locais de hospedagem e de saúde as portas devem ter um puxador horizontal, conforme a figura 6.

Figura 5 – Aproximação de porta lateral



Fonte: ABNT NBR 9050.

Figura 6 – Portas com revestimento e puxador horizontal



Fonte: ABNT NBR 9050.

Devem ser evitados todos os desníveis em portas e rotas acessíveis, contudo até 5 mm não é necessário um tratamento especial. Já os desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%), e os desníveis superiores a 15 mm devem ser considerados como degraus e serem sinalizados. Estas informações estão representadas na figura 7.

Figura 7 – Desníveis

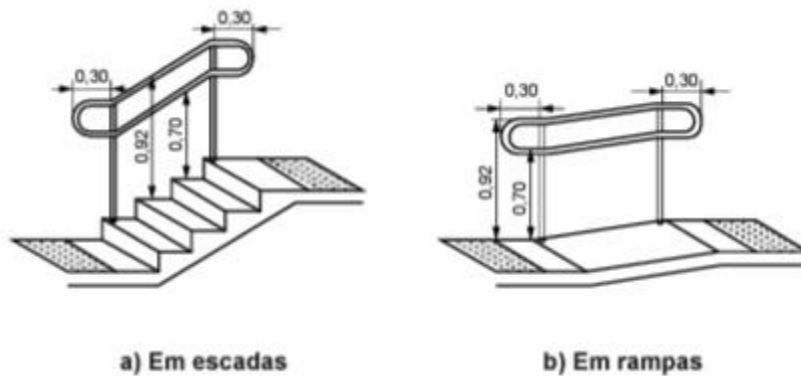


Fonte: ABNT NBR 9050.

1.2.5.3 Escadas e Rampas

As escadas são grandes barreiras de locomoção, principalmente para cadeirantes, por isso deve haver outras alternativas de acesso aos ambientes, como rampas com inclinação adequada ou elevadores. Toda escada deve apresentar corrimão e ter sinalização visual no piso dos degraus, preferencialmente com cores contrastantes, essas informações são exemplificadas na figura 8.

Figura 8 – Escada acessível



Fonte: ABNT NBR 9050.

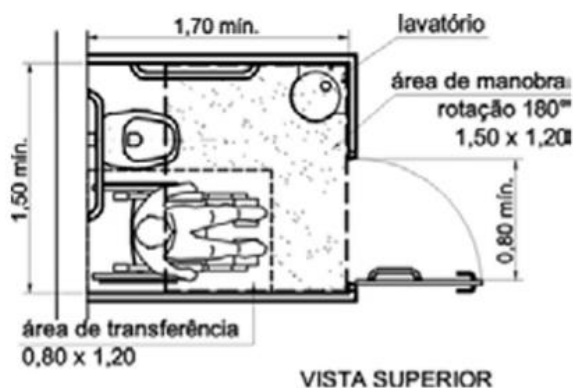
Em escadas acessíveis, os degraus devem apresentar um tamanho adequado e os espelhos não podem ser vazados. Quando utilizar inclinações ou bocel a projeção da aresta deve avançar apenas 1,5 cm.

A inclinação das rampas deve seguir os parâmetros apresentados pela ABNT, e é exigida também áreas de descanso nos patamares a cada 50 m de percurso quando a inclinação estiver entre 6,25% e 8,33%.

1.2.5.4 - Sanitários

Os sanitários acessíveis devem seguir os padrões estabelecidos pela Norma que envolve os seguintes aspectos: a instalação de bacia, mictório, lavatório, boxe de chuveiro, acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance. Os sanitários devem estar próximos a circulação principal e em locais acessíveis é necessário também a utilização de barras de apoio. A figura 9 mostra o exemplo de um banheiro acessível.

Figura 9 – Banheiro acessível

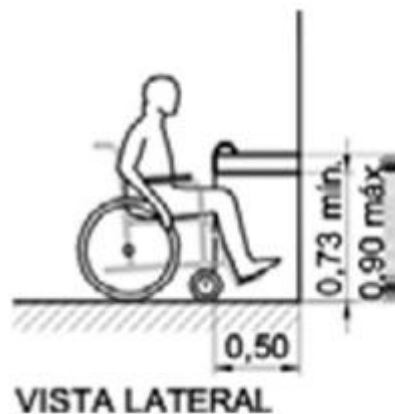


Fonte: ABNT NBR 9050.

1.2.5.5 Bebedouros

Segundo a norma, 50% do total de bebedouros de cada pavimento devem ser instalados de forma acessível e também é exigida uma altura adequada com ausência de quaisquer barreiras para não interferir na sua utilização. Deve-se instalar bebedouros com no mínimo duas alturas diferentes de bica, sendo uma de 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado. O bebedouro de altura de bica de 0,90 m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado, e deve ser garantido um M.R. para a aproximação frontal. A figura 10 apresenta o dimensionamento adequado.

Figura 10 – Bebedouro



Fonte: ABNT NBR 9050.

Portanto é importante salientar e compreender que o cumprimento da legislação de acessibilidade das Normas técnicas NBR 9050:2004 da ABNT, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

Diante disso, esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

Entretanto para serem considerados acessíveis, todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, eles devem atender ao disposto nesta Norma e é preciso seguir todos os parâmetro e critérios que a Normas técnicas NBR 9050:2004 da ABNT exige.

1.3 INCLUSÃO SOCIAL: RECONHECENDO AS DIFERENÇAS

As condições necessárias para que uma pessoa com deficiência esteja incluída socialmente são variáveis, conforme o tipo de deficiência, e envolvem a acessibilidade física, educação especial, preparação e adaptação para o trabalho.

A partir dessa perspectiva, a inclusão social é a palavra-chave para direcionar todo o sistema de proteção institucional da pessoa com deficiência no Brasil, já que se tem a ideia de que há uma dívida social com estas pessoas e que precisamos quebrar estas barreiras que as excluem do convívio dos demais.

É válido destacar que a lei nº 7.853/89 que traça a diretriz central a ser aplicada ao tema com seus artigos:

Art. 2º Ao Poder Público e a seus órgãos cabem assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no *caput* deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

III – na área da formação profissional e do trabalho:

- a) o apoio governamental à formação profissional e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;
- b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;
- c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores público e privado, de pessoas portadoras de deficiência;
- d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas com deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho e a situação, nelas, das pessoas com deficiência.

Por outro lado, deve ressaltar também que a Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), convertida em lei no Brasil, milita em favor de ações combinadas entre estado, sociedade civil e empresas para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, sendo de se ressaltar a esse respeito o que se contém no Art. 5º do decreto nº 3.298/99, que regulamenta a lei nº 7.853/89 e a convenção em apreço, como já foi citado a cima.

Todo esse processo histórico da deficiência, tem evoluído para adaptar a sociedade, meios para que todos possam se relacionar de maneira efetiva e terem o direito de decidir por si própria. O grande avanço desse processo é o desenvolvimento na sociedade. Incluindo

peças com deficiência no meio social como: Educação, esportes, trabalho, lazer; é uma forma de atender as necessidades das mesmas, para convivência e diversificação cultural.

Diante disso incluir quer dizer fazer parte, introduzir, inserir. Inclusão é o ato ou efeito de incluir, assim a inclusão social das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade, do estado e do poder público. A inclusão é um processo que acontece gradualmente, com avanços e retrocessos isto porque os seres humanos são de natureza complexa e com heranças antigas, tem preconceitos e diversas maneiras de entender o mundo.

No âmbito geral da deficiência, muitos nomes foram utilizados a fim de melhor se referir as pessoas que apresentam alguma diversidade. Em cada época histórica a pessoa com deficiência é percebida a partir dos valores intrínsecos daquela sociedade.

Os caminhos hoje traçados são no sentido de tentar se fazer uma inclusão mais justa, em que realmente insira as pessoas com deficiência e possibilite a elas uma melhor qualidade de vida, na qual se sintam realmente fazendo parte do contexto das pessoas que são consideradas normais.

Muitas lutas já foram travadas na tentativa dessa inserção, mas ainda há muito que se fazer. Anexar uma pessoa com deficiência num ambiente diferente do qual ela convive diariamente não é tarefa fácil, porém não impossível.

As capacidades podem ser limitadas, as dificuldades são aparentes na maneira como se comportam em relação com os outros, mas isso não deve ser um empecilho para a real inserção, aquela que não exclui e compreende que há uma diferença, mas considera que todos são diferentes uns dos outros.

Ao pensar por esse aspecto, ou seja, ao prepararmos a sociedade para olhar diferente as diferenças, podem estar realmente dizendo que estamos incluindo e aceitando todos da forma como são. Por isso é fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo as com deficiência, que de alguma maneira possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (SASSAKI, 2002, p. 41).

1.3.1 Processo de Escolarização ao Profissional das Pessoas com Deficiência

Na vida de qualquer sujeito, as oportunidades de escolarização, independentemente do nível de ensino atingido, podem ser fator determinante para o ingresso no trabalho. No caso da pessoa com deficiência, em função das peculiaridades e da ausência ou da

insuficiência das ações de suporte, essa trajetória encara constantes desafios. Entretanto sabe-se que pessoas com deficiência de uma certa forma em décadas passadas nunca tiveram as mesmas oportunidades de acesso a escolarização, e para se aperfeiçoarem tiveram apenas o apoio de familiares ou da comunidade local.

Com o passar dos anos no cenário nacional, a legislação na área educacional apresenta a oferta da vaga para o estudante com deficiência no ensino regular (Lei nº 9.394/96), e o Decreto nº 7.611 de 17/11/11 garante o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em turno inverso. O AEE envolve a oferta de recursos pedagógicos especializados aos alunos e à formação de professores como objetivo de prover condições de acesso ao conteúdo e estratégia de ensino para os alunos da rede regular. Além disso, compreende os diferentes níveis de ensino: infantil, fundamental, médio, superior, educação de jovens e adultos (EJA), educação indígena, educação do campo, educação quilombola e educação profissional.

Desse modo, a educação para pessoas com deficiência se torna um dos principais debates nos centros educacionais, acadêmicos e poder público como forma de articular iniciativas que se adequem como pressupostos para a inserção na educação escolar e profissional e, por conseguinte no mercado de trabalho. Por meio de um contexto escolar inclusivo, a Educação Inclusiva busca ampliar as possibilidades de ensino, oferecendo formação para inserção no mundo do trabalho e para a efetiva participação social de alunos com deficiência (BRASIL, 2008, p. 22).

A educação inclusiva pressupõe a oferta de acesso ao ensino, com a participação integrada dos entes federados, em conformidade com as demandas dessa população nos âmbitos da infraestrutura escolar, dos recursos humanos e dos materiais pedagógicos e equipe multiprofissional. Além disso, educação especial é definida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva como uma modalidade que abrange todos os níveis e etapas de ensino e que prevê a oferta de recursos e serviços para o AEE, constituindo-se como atividade complementar ou suplementar, oferecida ao público-alvo da educação especial, no ensino regular.

Nesse contexto, as escolas da rede regular devem ser responsáveis pela oferta de uma proposta pedagógica que considere a diversidade das demandas dos alunos com deficiência, que seja integradora das ações escola e que prime pela inclusão, e a atenção especializada deve ser responsável pela implementação das políticas relativas à inclusão, oferecendo apoio aos programas institucionais (MEC, 2003 p. 25).

Hoje, ainda podemos constatar dificuldades por parte das pessoas com deficiência ao âmbito educacional, mas as mudanças relativas à essa problematização já são bem nítidas com a criação da Lei nº 10.098/00 que “estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências” (Ministério da Educação, 2001, p.13).

A questão da acessibilidade é um dentre os vários embates enfrentados pelas pessoas com deficiência como forma de desmontar todas as barreiras que se configuram como meios de privação de sua liberdade. Para garantir a educação especial básica às pessoas com deficiência o Poder Público articulou dispositivos legais e político-filosóficos, dos quais constam a seguir:

- Constituição Federal:

- Artigo 208:

- III – Atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

- IV - § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo;

- V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

- Artigo 227:

- II - § 1º - Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

- Lei nº 10.172/01 – Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
 - Lei nº 853/89 – Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.
 - Lei nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
 - Decreto nº 3.298/99 – Regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.
 - Portaria MEC nº 679/99 – Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas com deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.
 - Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca.

Nesse contexto, podemos definir que a inserção das pessoas com deficiência começa em sala de aula, pois é na formação das crianças que está a postura da sociedade no futuro. A educação não deveria ser apenas um meio de atender as necessidades capitalistas, pois como podemos ver, para o capitalismo contemporâneo, a qualificação profissional é sinônimo de produtividade e poder econômico ativo. Além disso, essa é uma questão que podemos definir diante das conjunturas atuais, no qual o governo se propõe a implementar políticas de educação profissional para que a produtividade capitalista não seja ameaçada.

Diante do exposto a cima, convém-nos ressaltar, sobre as relações entre o trabalho e a educação profissional. Essas relações têm sido abordadas na sociedade de formas peculiares e diferenciadas. No caso da educação profissional, a base da formação deve contemplar o trabalho, havendo especificidades quando comparada ao ensino geral, mas não deve se restringir apenas aos conteúdos relativos à formação técnica.

Para VIÉGAS (2003, p. 24), a educação profissional não pode ser caracterizada apartada do ensino médio, mas sim continuação de processo de formação que ocorre no decorrer da vida do atual aluno e futuro trabalhador. Para o autor, a aprendizagem pode ocorrer por via formal, em instituições de aprendizagem, ou por via não formal, adquirida em outros contextos, incluindo o trabalho.

Nesse sentido, parcerias entre a iniciativa privada e as instituições públicas de ensino poderiam exercer importante papel na formação profissional com ampliação das possibilidades de inserção no trabalho (BRASIL, 2003 p. 25). Outras ações enfatizam investimento nas unidades escolares existentes e ampliação da rede com oferta de novos cursos; parcerias entre os ministérios da educação e trabalho e entidades de ensino públicas e privadas; e investimentos na rede de educação federal para que esses sejam referência, contemplando a educação inclusiva (MEC, 2003 p. 25).

Assim, há necessidade de engendrar esforços nos diferentes níveis de ensino, garantindo o atendimento das especificidades e peculiaridades de cada momento pedagógico no sentido de ofertar uma escola inclusiva de fato, para que se favoreça o processo de ensino-aprendizagem e se permita uma formação sólida capaz de habilitar que a pessoa com deficiência ingresse no mercado formal de trabalho.

1.3.2 Trabalho como meio de Inclusão para o Deficiente e o Sistema de Cotas

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na sociedade é uma ação que tem por objetivo minimizar o preconceito e o estereótipo que, por muitas vezes,

fazem parte do cotidiano dessas pessoas. O processo de exclusão social está presente na sociedade desde os tempos antigos. A história reflete esse pensar discriminatório, pois é mais fácil prestar atenção aos impedimentos e às aparências do que aos potenciais e às capacidades. Dentro do processo de exclusão social, a pessoa com deficiência física sempre foi vista de um modo diferente, como se eles não fossem capazes de exercer nenhum tipo de atividade por suas limitações, consideradas muitas das vezes lentas e menos produtivas. Trabalhadores com deficiência ocupam menos de 1% dos empregos formais no Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2009, p. 11). Dentro do processo de exclusão social, a pessoa com deficiência física foi vista de um modo diferente, como se eles não fossem capazes de exercer nenhum tipo de atividade por suas limitações.

No Brasil, segundo Moreno (2012, p. 220), no ano de 1978 os direitos da pessoa com necessidades especiais foram discutidos pela primeira vez. Nesta emenda foi garantida a melhoria da condição social e econômica a estas pessoas. A partir dos anos 80 começaram a ser formuladas outras leis visando a criação de políticas públicas no país para as pessoas com deficiência.

Sendo assim, nos últimos anos é presenciada uma série de ações e de atividades desenvolvidas a fim de evidenciar a importância da inclusão e da acessibilidade das pessoas com deficiência, seja na educação, no trabalho ou na comunidade.

Vale ressaltar que as estratégias de inclusão do deficiente ao mercado de trabalho adotadas em nosso país, apesar de alguns avanços, ainda são insuficientes e precisam levar em conta, todos os aspectos do complexo mundo do trabalho, das pessoas e das instituições envolvidas. Cabe lembrar ainda que não é a existência da limitação física que faz com que uma pessoa seja deficiente, mas sim, a forma com que a sociedade possibilita os meios para sua inclusão.

Para as empresas a contratação do profissional com deficiência contribui para humanizar as relações no ambiente de trabalho, já que há uma significativa melhora do clima organizacional, maior satisfação em trabalhar na corporação, aumento da solidariedade entre os colegas, maior produtividade e crescimento do ser humano, favorecendo a criação de novos valores.

Porém, de acordo com Max,

“[...] o trabalho revela o modo como o homem lida com a natureza, o processo de produção pelo qual ele sustenta a sua vida e, assim, põem a nu o modo de formação de suas relações sociais e das ideais que fluem destas” (MARX, 1983, p. 149).

Para as pessoas com deficiência, fazer parte de uma sociedade que a respeita é fundamental, pois aumenta sua autoestima além de apresentar maior autonomia nas atividades do dia-a-dia. Isso traz o sentimento de pertencer à sociedade como um cidadão comum, e demonstra que, ao conseguir um emprego, as pessoas nestas condições conseguem ultrapassar seus limites e que isso depende das oportunidades que lhes são dadas. Como diz COSTA (2001, p. 12), o trabalho pode ser um meio da pessoa com deficiência desenvolver um sentimento de “pertencimento” à sociedade, aumentando sua autoestima e sua segurança no enfrentamento das barreiras sociais.

Segundo Souza (2008, p. 222), pode-se afirmar que as melhores condições de acesso para pessoas com deficiência se dão por intermédio de associações e da conquista por leis que defendem essa situação.

A partir das especificações da Lei nº 8.213/91 (BRASIL, p. 57, 2007), art. 93, denominada Lei de Cotas, que assegura a contratação obrigatória de pessoas com deficiências, respeitando o percentual de 2 a 5%, a partir de empresas com mais de 100 funcionários, ampliam-se as possibilidades de oferta de vagas de trabalho para as mesmas no mercado de trabalho. As empresas devem se mobilizar para que as práticas de igualdade e inclusão estejam vigentes no engajamento de empregabilidade das pessoas com deficiência.

O sistema de cotas foi criado para que as pessoas com deficiência física possam ingressar no mercado de trabalho, através de vagas específicas a eles. Com o sistema, houve benefícios para muitos deficientes que foram colocados no mercado de trabalho. Há uma proporção de vagas a deficientes: de 100 a 200 empregados com 2% de deficientes no quadro de funcionários; de 201 a 500, com 3%; de 501 a 1000, com 4% e acima de 1001, com 5%.

Muitas empresas tinham o pensamento de que para atender a lei o governo deveria dar algum tipo de benefício ou isenção, porém a mudança deste quadro já começou a ocorrer após se verificar o verdadeiro potencial dos profissionais nestas condições e como a empresa muda após se fazer a inclusão devido a humanização que ocorre dentro de todos os profissionais. Porém as empresas que não cumprem essa demanda estão sujeitas a multa. De acordo com a Lei, a deficiência é considerada, quando ocorre a perda ou a anormalidade da estrutura ou sua função psicológica ou fisiológica.

Um aspecto a ser ressaltado é que o sistema de cotas não deve ser uma medida isolada, mas sim, uma medida que venha acompanhada de outras que estimulem a qualificação de pessoas com deficiência ao ingressarem no mercado de trabalho. De acordo com Melo:

O Sistema de Cotas no Brasil seduziu os governantes que, usualmente, superestimam o poder da Lei. A realidade mostra, porém, que o impacto positivo do sistema de cotas é reduzido. Uma medida eficiente para garantir o emprego para as pessoas com deficiência deve se inserir em uma política maior e mais abrangente, que englobe as demais áreas da vida desta e de sua existência social, tais como saúde, educação, qualificação, previdência, acesso e transporte. (MELO, 2004, p.170).

Portanto, de acordo com a Convenção 159 da OIT recomenda-se que os países membros considerem que as readaptações de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida consigam e mantenham um emprego conveniente e possam progredir profissionalmente e promover a reinserção na sociedade. E ainda determina que as “pessoas com deficiência desfrutem com equidade das oportunidades de acesso, conquistem e desenvolvam o seu trabalho, o qual sempre que possível, deve corresponder à sua própria escolha e trazer qualidade de vida sustentável” (FEBRABAN, 2012, p. 05).

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

O presente capítulo abordará sobre as metodologias utilizadas na pesquisa e coleta de dados. Segundo Prodanove (2013, p. 14) “a palavra Metodologia vem do grego “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso, estudo, largo ou difícil e estudo”, logo, segundo a etimologia da palavra a metodologia vem ser o caminho que se vai estudar. Como afirma Oliveira (2000, p. 1) “A metodologia estuda os meios ou métodos de investigação do pensamento correto e do pensamento verdadeiro, e procura estabelecer a diferença entre o que é verdadeiro e o que não é, entre o que é real e o que é ficção”. Contribuindo Tartuce (2006) apud. Gerhardt e Silveira (2009, p. 13) aponta que:

A metodologia científica trata de método e ciência. Método (do grego *methodos*; *met'hodos* significa, literalmente, “caminho para chegar a um fim”) é, portanto, o caminho em direção a um objetivo; metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa; científica deriva de ciência, a qual compreende o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber.

Portanto, neste capítulo serão apresentados os métodos de pesquisa que contribuíram para montar a linha de pensamento e de investigação proposta pelo discente pesquisador, bem como as técnicas que foram utilizadas para a coleta de dados no campo de estudo escolhido, salienta-se que esta pesquisa será voltada para a experiência de profissionais que trabalham na área da educação, com destaque nos profissionais com deficiências da cidade de Tabatinga-AM.

2.1 MÉTODO DA PESQUISA

A pesquisa segundo Ander-Egg. (1978:28) apud. Marconi e Lakatos (2000, p. 155) “é procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento), já segundo Gil (2002, p. 17) a pesquisa pode ser definida como:

Procedimento racional e sistemático que tem como proporcionar respostas aos problemas que são propostos. [...] desenvolve-se ao logo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados

Visando sistematizar os conhecimentos voltados para uma área específica, bem como estabelecer suas fases, este trabalho teve como linha de pesquisa: Educação, Educação Especial e Inclusiva - “Experiencia, deficiência e profissionais”, pois buscou-se conhecer a experiência de profissionais da educação sob a perspectiva dos profissionais com deficiência,

dessa forma, este estudo fundamenta-se na palavra pesquisa como forma de descobrir quais são as Experiências de Profissionais com Deficiência em Escola Pública no Município de Tabatinga – AM.

Traçado a linha de pesquisa, o discente pesquisador precisou considerar qual seria o tipo de pesquisa segundo as metodologias, ou seja, sua finalidade, o objetivo metodológico, a abordagem que usariam, e os procedimentos que seriam utilizados na pesquisa, dessa forma a metodologia foi dividida em fases que facilitaram o desenvolvimento deste trabalho e contribuíram para uma melhor organização das fases da pesquisa.

2.2 O MÉTODO DE ABORDAGEM DA PESQUISA

Ao iniciar a pesquisa, foi necessário definir que tipo de informações se queria alcançar. Através do projeto de pesquisa realizado anteriormente, notou-se que a pesquisa quanto a sua natureza seria tipo quantitativa e principalmente qualitativa, uma vez que gostar-se-ia de saber sobre a experiência de profissionais com deficiência que atuam na educação escolar nas escolas da cidade de Tabatinga-AM, sobretudo conhece mais dos desafios e dificuldades enfrentados por esses profissionais no seu cotidiano no campo do seu trabalho como educador tanto na rede Municipal como Estadual de ensino, apesar de algumas perguntas feitas aos professores serem analisadas de modo quantitativo, o objetivo central da pesquisa foi justamente de analisar qualitativamente suas experiências como profissional com deficiência que atua na educação na parte de ensino como professor (a). Segundo GIL (2002, p. 133):

A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação

A escolha de uma pesquisa quanto ao lado qualitativo foi devido ao tema, exigir uma melhor compreensão do assunto, pois segundo Rodrigues e Limena (2006, p. 90) uma pesquisa qualitativa “é utilizada para investigar um determinado problema de pesquisa, cujos procedimentos estatísticos não podem alcançar devido à complexidade do problema como: opiniões, comportamentos, atitudes dos indivíduos ou grupo”, e no caso de uma pesquisa em educação, opiniões e comportamentos são de extrema importância quando se deseja compreender a fundo um tema complexo. Já a pesquisa quantitativa segundo Fonseca (2002, p 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade.

Dessa maneira os dados obtidos quantitativamente, buscaram mostrar um pouco da realidade vivenciada por esses profissionais com deficiência que trabalham como educador nas escolas do município de Tabatinga-AM, abrangendo o maior número da população envolvida, já na parte qualitativa tem-se o objetivo de alcançar as características citadas por Bogdan e Biklen (1982) apud. Ludke e André (1986, p. 1) que configuram este tipo de estudo, que são:

a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Portanto, a pesquisa intitulada “Deficiência Física: A Experiência De Profissionais Com Deficiência Em Escola Pública Município Em Tabatinga - AM” pretende mostrar dados quantificáveis como foi sua trajetória de escolaridade até chegar na sua experiência como profissional atuando no meio educacional de ensino, bem como, descrever relatos desses professores com deficiência durante suas experiências como educador na área de ensino, suas dificuldades e obstáculos enfrentados dentro do espaço escolar no começo do trabalho com docente e principalmente como sistema de educação garanti a inclusão desses profissionais para atuarem no campo da educação, assim se enquadrando em uma pesquisa quantitativa.

2.3 AS TÉCNICAS E OS INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A coleta de dados é considerada por Prodanove e Freitas (2013, p. 54) uma das fases mais importante da pesquisa, e por isso deve ser bem delineada, ou seja, deve buscar técnicas e instrumentos, uma vez que essa será a sua fonte de análise. Ainda segundo Prodanove e Freitas (2013, p. 102) entende-se por técnica:

O conjunto de preceitos ou processos utilizados por uma ciência ou arte. No caso de pesquisas de campo, é necessário analisar e interpretar os dados obtidos, mediante técnicas estatísticas, para a devida elaboração do relatório de sustentação do trabalho científico. Cabe ainda à técnica o encadeamento lógico do trabalho a ser apresentado, cuja redação deverá ser concisa, clara e objetiva, visando a facilitar o entendimento pelo leitor.

O principal instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi o questionário – “série de perguntas que devem ser respondidas por escrito, sem a presença do pesquisador”. Corroborando, Chizotti (2005, p. 44) afirma que o questionário “é um conjunto de questões sobre o problema, previamente elaboradas, para serem respondidas por um interlocutor, por escrito ou oralmente”. Este estudo foi aplicado aos professores com deficiência que trabalham diretamente e diariamente em Escolas Públicas no Município de Tabatinga-AM.

Portanto, quanto à coleta de dados, utilizou-se o instrumento questionário, visto que os mesmos abrangem uma melhor compreensão do problema proposto pela pesquisa além de facilitar a obtenção dos dados para a análise. Os questionários foram elaborados a fim de coletar informações a respeito sobre a experiência de profissionais com deficiência que trabalham em escolas públicas no município de tabatinga-AM, sendo feita com perguntas abertas e fechadas. Segundo Prodanove e Freitas (2013, p. 109) as perguntas abertas e fechadas possuem suas limitações e seus aspectos positivos.

Perguntas abertas: são livres (“Qual é a sua opinião?”). Permitem que o informante responda livremente. Nesse caso, a análise dos dados é difícil, cansativa, demorada. [...]

perguntas fechadas ou dicotômicas: são limitadas, apresentam alternativas fixas (duas escolhas: sim ou não etc.). O informante escolhe sua resposta entre duas opções apresentadas (PRODANOVE; FREITAS, 2013, p. 109).

A pesquisa foi realizada de forma a compreender tanto quantitativamente, quanto qualitativamente as experiências de professores com deficiência, para isso buscou se fazer uma análise dos dados quantificáveis das perguntas fechadas, e enquanto das perguntas abertas estariam voltadas para as opiniões e anseios dos professores com deficiência, sendo feitas de forma qualitativas.

2.4 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa configurou-se como uma pesquisa de campo buscando saber, conhecer e identificar a experiência dos profissionais com deficiência, dessa maneira, os sujeitos da pesquisa são os professores com deficiência física, já o campo de pesquisa foram as Escolas Públicas do Município de Tabatinga-AM que estão incluídos esses profissionais com deficiência que atuam na área da educação, assim foram escolhidas tanto as Escolas Municipais como Estaduais que esses profissionais trabalham como educadores.

Imagem 1 - Escola Municipal Francisco Mendes

Fonte: VARGAS, Fábio, 2022

A Escola Municipal Francisco Mendes, está localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/n, Bairro Tancredo Neves, a referida escola possui 17 (dezessete) salas, 01 (uma) sala dos professores, 01 (uma) sala de recursos didáticos, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) quadra poliesportiva, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) diretoria, 02 (duas) áreas, sendo uma na entrada e outra na parte externa, 06 (seis) banheiros no total, sendo um masculino, um feminino e dois banheiro para alunos com deficiência, sendo um feminino e um masculino e dois na sala dos professores, sendo um feminino e um masculino e também possui vários corredores.

O quadro de docentes está composto por 58 (cinquenta e oito) professores, sendo todos licenciados. Conta ainda com quadro administrativo de 28 (vinte e oito) funcionários, entre eles Gestor, secretários, auxiliar de serviços gerais, merendeiras, monitores, cuidadores, porteiro, bombeiro hidráulico e vigias.

Imagem 2 - Escola Estadual Pedro Teixeira

Fonte: VARGAS, Fábio, 2022.

A Escola Estadual Pedro Teixeira, está localizada na Rua Avenida da Amizade, 1041, Centro, a referida escola possui 12 (dose) salas, 01 (uma) sala dos professores, 01 (uma)

sala de recursos didáticos, 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 01 (uma) cantina, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de recursos didáticos, 01 (uma) sala de informática, 01 (uma) sala pedagógica, 01 (uma) quadra poliesportiva, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) diretoria, 01 (uma) dispensa, 02 (duas) áreas, sendo uma na entrada e outra na parte externa, 06 (seis) banheiros no total, sendo um masculino, um feminino, dois na sala dos professores, sendo um feminino e um masculino, um na sala da diretoria e também possui vários corredores. O quadro de docentes está composto por 53 (cinquenta e três) professores, sendo todos licenciados. Conta ainda com quadro administrativo de 15 (quinze) funcionários, entre eles Gestor, secretários, auxiliar de serviços gerais, merendeiras, porteiros, apoio pedagógico e vigias.

Imagem 3 - Escola Municipal Jociêdes Andrade



Fonte: VARGAS, Fábio, 2022

A Escola Municipal Professora Jociêdes Andrade possui esse nome em homenagem a Maria Jociêdes Andrade, pessoa que enquanto professora, marcou seu brilhantismo alfabetizando e colaborando para o campo da educação. A referida escola está localizada na Rua Avenida da Amizade, s/n, Centro, a mesma possui 17 (dezesete) salas, 01 (uma) sala dos professores, 01 (um) auditório, 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 01 (uma) dispensa, 01 (uma) sala odontológica, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de apoio pedagógico, 01 (uma) sala de informática, 01 (uma) quadra poliesportiva com vestiário sendo um masculino e um feminino, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) diretoria, 01 (uma) dispensa, 02 (duas) áreas, sendo uma na entrada e outra na parte externa, 06 (seis) banheiros no total, sendo um masculino, um feminino, um para alunos com deficiência, dois na sala dos professores, sendo um feminino e um masculino, um na sala da diretoria e também possui vários corredores. O quadro de docentes está composto por 72 (cinquenta e três) professores, sendo todos licenciados. Conta

ainda com quadro administrativo de 30 (quinze) funcionários, entre eles Gestor, secretários, auxiliar de serviços gerais, merendeiras, porteiros, apoio pedagógico e vigias.

Imagem 4 - Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar



Fonte: VARGAS, Fábio, 2022

A Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar, está localizada na Rua Avenida da Amizade, 76, centro. A referida escola possui 14 (quatorze) salas, 01 (uma) sala dos professores, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 01 (um) depósito de merenda (dispensa), 01 (uma) secretaria, 01 (uma) diretoria, 01 (um) auditório, 01 (um) laboratório de ciência, 01 (uma) sala de informática, 01 (uma) quadra poliesportiva com vestiário sendo um masculino e um feminino, 02 (duas) áreas, sendo uma na entrada e outra na parte externa, 04 (quatro) banheiros, sendo um masculino, um feminino e dois dos professores, sendo um masculino e feminino e também possui vários corredores. O quadro de docentes está composto por 72 (noventa) professores, sendo todos licenciados. Conta ainda com quadro administrativo de 19 (dezenove) funcionários, entre eles Gestor, secretários, auxiliar de serviços gerais, merendeiras, assistente técnico, pedagogo, porteiro e vigias.

2.5 A POPULAÇÃO E AMOSTRA DE PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa foi necessário a identificação do universo de pesquisa ou população, ou seja, o campo ao qual o estudo faz parte e abrange. A População (ou universo da pesquisa) “é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo” (PRODANOV e FREITAS 2013, p. 98). Corroborando Marconi e Lakatos (2000, p. 223) afirma:

Conceituando, universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Sendo N o número total

de elementos do universo ou população, o mesmo pode ser representado pela letra latina maiúscula X, tal que $XN = X1; X2 ; X3 ; \dots ; XN$.

No entanto, quando se faz a coleta de informação pode ser que o grupo seja grande demais ou numeroso, dificultando assim a obtenção de informação. Daí a importância de se obter uma amostragem ou uma parte da população de forma que esta possa representar o universo da pesquisa, assim segundo a Lakatos e Marconi (2000, p. 223) a amostra é uma “porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

Nesse sentido a população em estudo foram no total 5 (cinco) profissionais com deficiência sendo, quatro professores com deficiência física (P1,P2,P3,P4) e um com deficiência visual (P5), egressos da Universidade do Estado do Amazonas que trabalham e atuam na área da educação em escolas públicas. No entanto, para uma melhor coleta de dados e informações, o trabalho teve como amostragem somente os 4 professores com deficiência física, como uma forma de representar a população de profissionais com deficiência onde foi feito um estudo nas escolas do município de tabatinga-Amazonas, destacando as experiências desses profissionais com deficiência que trabalham nas escolas do município de tabatinga-AM através da ótica desses educadores com deficiência física que contribuem para o campo da educação de ensino/aprendizagem.

2.6 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O trabalho aqui proposto atendeu de forma rigorosa todas as regras que uma pesquisa demanda através de sua proposta. Tendo em vista que, o pesquisador buscou em seu primeiro ato descobrir quais eram as escolas públicas do Município de Tabatinga-AM que os profissionais com deficiência estavam inseridos. Diante da descoberta dos nomes dos cinco professores sujeitos dessa pesquisa foi necessário apresentar no primeiro momento uma Carta de Apresentação em conjunto com o Termo de Autorização de Entrevista para cada um dos indivíduos pesquisados deixando claro qual era o intuito da pesquisa.

Entretanto a pesquisa contou com a participação livre dos sujeitos (profissionais com deficiência), que puderam desistir a qualquer momento da sua participação da pesquisa se quisessem. Eles foram informados sobre a natureza da pesquisa e contaram com o sigilo e anonimato sob o uso das informações prestadas de acordo com os termos de esclarecimento dado pelo pesquisador.

Mediante a isso o pesquisador buscou fazer as entrevistas no local que cada profissional trabalha (escola). Fizemos também o uso de questionário com perguntas abertas e fechadas em que foram entregues a cada um dos professores com deficiência. Depois disso o objetivo foi voltar nos locais das entrevistas para recolher esses questionários com os dados de cada um deles. No entanto, a entrega desses questionários foi possível de acordo com a disponibilidade de cada professor. Vale destacar que os professores com deficiência foram muito receptivos em atender e participar da pesquisa.

Para fins deste trabalho, serão apresentados os resultados que circunscrevem o relato das experiências de profissionais com deficiência em escola pública no município de Tabatinga-AM, mediante a sua atuação de trabalho no campo da educação.

CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCURSÃO DOS RESULTADOS

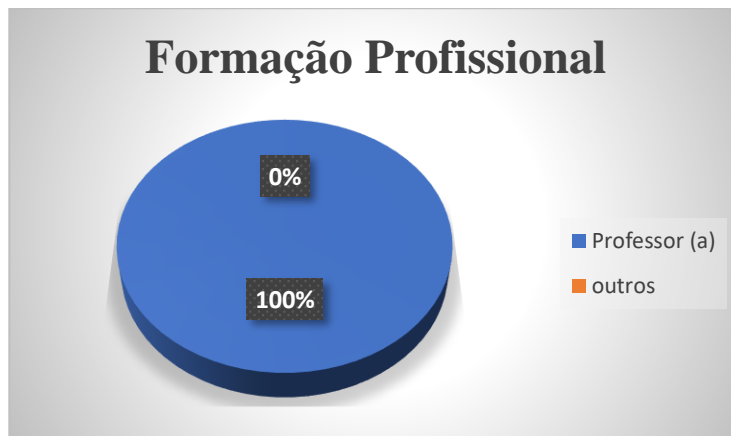
Este capítulo tem como principal objetivo apresentar os dados e os resultados obtidos na pesquisa de campo aplicada nas Escolas do Município de Tabatinga-AM: Escola Estadual Pedro Teixeira, Escola Municipal Francisco Mendes, Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar e Escola Municipal Maria Jociêdes Andrades, através dos questionários respondidos por 5 (cinco) professores com deficiência que trabalham e atuam na área da educação, valendo-se ressaltar que a pesquisa somente foi feita com 4 (quatro) professores com deficiência física das referidas escolas citadas a cima. Pois um referido entrevistado do total de 5 é um professor com deficiência visual, devido a temática do trabalho esse professor com deficiência visual não entrará na pesquisa.

A partir dos dados coletados através dos métodos de pesquisa comentados no capítulo anterior, iniciou-se a transformação dos dados obtidos em informações que pudessem estabelecer sobre a experiências de profissionais com deficiência que trabalham em escola pública no município de tabatinga-AM para isso foram utilizadas os trechos das falas desses professores com deficiência considerando suas opiniões e seus pontos de vistas em relação as suas experiências professor (a), bem como as dificuldades enfrentadas pelos profissionais nas escolas e também sobre a infraestrutura do espaço em que atuam.

3.1 PERFIL DOS PROFESSORES

Neste tópico serão analisados os perfis dos professores com deficiência física que trabalham na educação nas referidas escolas tanto estadual como municipal.

A princípio buscou identificar através dos questionários o perfil dos professores e suas características para que assim possa se fazer a relação dos mesmos com os processos que estavam sendo realizados diariamente, características como formação profissional, gênero, faixa etária e as séries em que atuam. Desse modo, no primeiro gráfico obteve-se através dos questionários os dados da formal profissional predominante nas escolas.

Gráfico 1 – Formação dos profissionais com deficiência física

Fonte: VARGAS, Fábio, 2022.

Como pode ser observado pelo gráfico 1, todos os professores com deficiência física que participaram da pesquisa, possuem formação Profissional na área que atuam, chegando a ser 100% no total. Isso demonstra que a formação profissionalizante é fundamental pois a educação e qualificação profissional de pessoas com deficiência estão regulamentadas na LDB e no Decreto 3.298/99. O que segundo o autor NUNES (2012, p. 20) diz que: “A necessidade de existir pessoas com deficiências qualificadas para preencher as cotas nas empresas e a difusão da perspectiva de inclusão social contribuíram para o debate sobre as políticas e os programas de formação para o trabalho direcionado a esses indivíduos”.

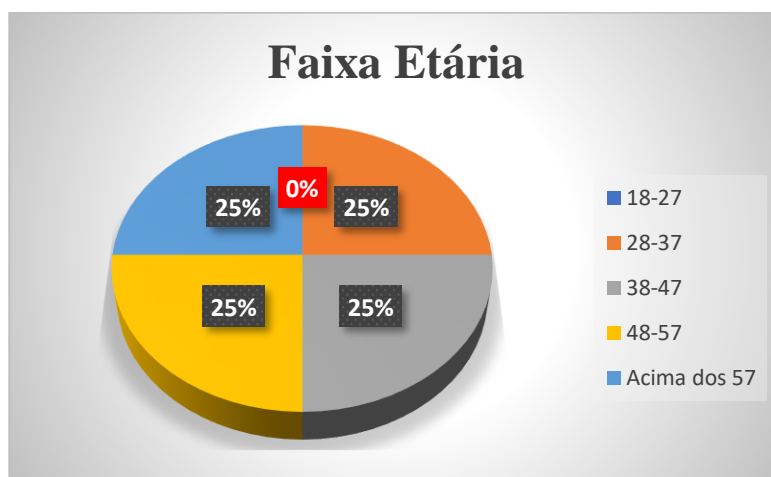
Gráfico 2 – Gêneros dos Professores com deficiência física

Fonte: VARGAS, Fábio, 2022.

No segundo gráfico observou-se que a maioria dos professores com deficiência física que dão aula em escolas da rede pública são do sexo masculino, chegando a ser cerca de 75% dos professores. Isso demonstra que somente 25% e do sexo feminino, havendo uma grande

diferença ao sexo apostado, pois se fosse professores sem deficiência seria ao contrário pois, o gráfico ia mostrar uma grande porcentagem referente ao sexo feminino pois sabemos que a educação de maneira geral sempre foi dada como papel da mulher, por muito tempo as mulheres ficaram responsáveis pela criação e educação dos filhos. O que segundo a autora Deborah Thomé Sayão (2005) em sua tese intitulada “Relações de Gênero e Trabalho Docente na Educação Infantil”, diz que : nas creches, educação infantil e anos iniciais as mulheres chegam a quase a porcentagem total de professoras, segundo a mesma isso acontece porque durante muito tempo, a educação foi de responsabilidade da mulher, que segundo a história a mulher era possuidora “dons naturais para cuidar”, o que faz com que a educação infantil seja considerada até hoje “vocação”. No caso dos profissionais com deficiência física esse cenário é totalmente diferente pois quase não se vê nessa área de trabalho essa classe de pessoas inserida, ou seja, isso ocorre pelo simples fato de restringirem os cargos para essas pessoas alegando fatores como o preconceito de que esses profissionais não têm capacidade para seguir a carreira como educador para atuar no ensino/aprendizagem.

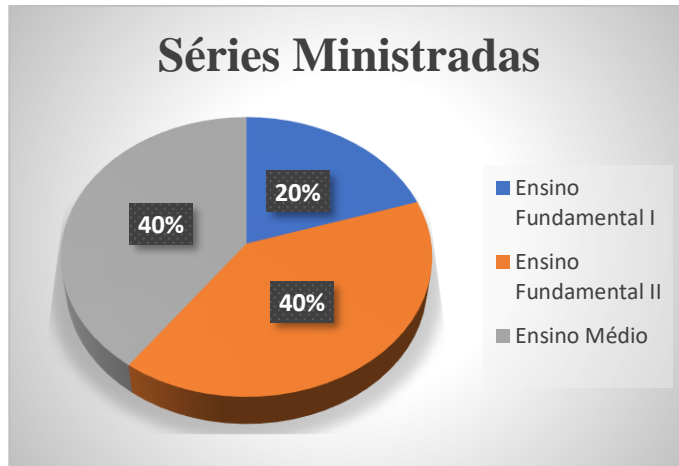
Gráfico 3 – Faixa Etária Dos Professores com deficiência física



Fonte: VARGAS, Fábio, 2022.

No terceiro gráfico foi analisado a faixa etária dos professores com deficiência física que atuam na área da educação. Percebe-se que 25% dos professores com deficiência física que trabalham com ensino fundamental I e II estão entre 38 e 47 anos chegando a passar dos 50 anos no caso do professor que possui a idade de 62 anos, 25% são de acima de 57 anos chegando até 62 anos, o que demonstram que esses professores com deficiência física ministram aulas no ensino médio.

Gráfico 4 – Séries Ministradas Pelos Professores com deficiência física



Fonte: VARGAS, Fábio, 2022.

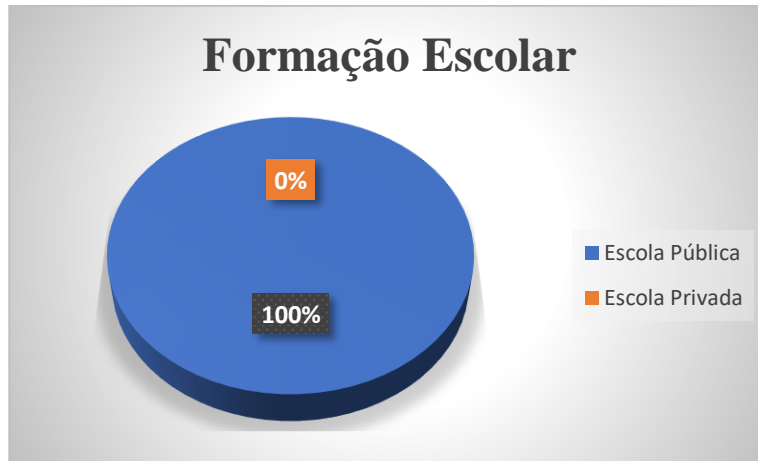
No quarto gráfico procurou-se saber qual a quantidade de séries que os professores com deficiência física dentro dessa pesquisa conseguiram alcançar na área de trabalho da educação que atuam, nas referidas instituições. Percebe-se que a maioria dos entrevistados são professores com deficiência física no caso 40% ministram aulas para o ensino Fundamental II e outros 40% ministram aula para o Ensino Médio, nos demais podemos ver a quantidade de 20% que é somente de um professor com deficiência física da pesquisa que trabalha ministrando aula para o Ensino Fundamental I, ou seja, uma pequena parcela do que as duas últimas que estão sendo apresentadas no gráfico.

3.2 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO – DA FORMAÇÃO ESCOLAR AO PROFISSIONAL

Neste segundo tópico serão analisados, ainda de modo quantitativos, como foi o processo de ensino dos professores com deficiência física no decorrer da sua educação escolar, bem como a quantidade de professores que possuíam graduação e como deu início o ingresso desses professores com deficiência física na escola em que trabalham.

A primeira pergunta foi feita em relação as instituições que os professores com deficiência física estudaram, ou seja, formação escolar dos professores com deficiência física público ou privados.

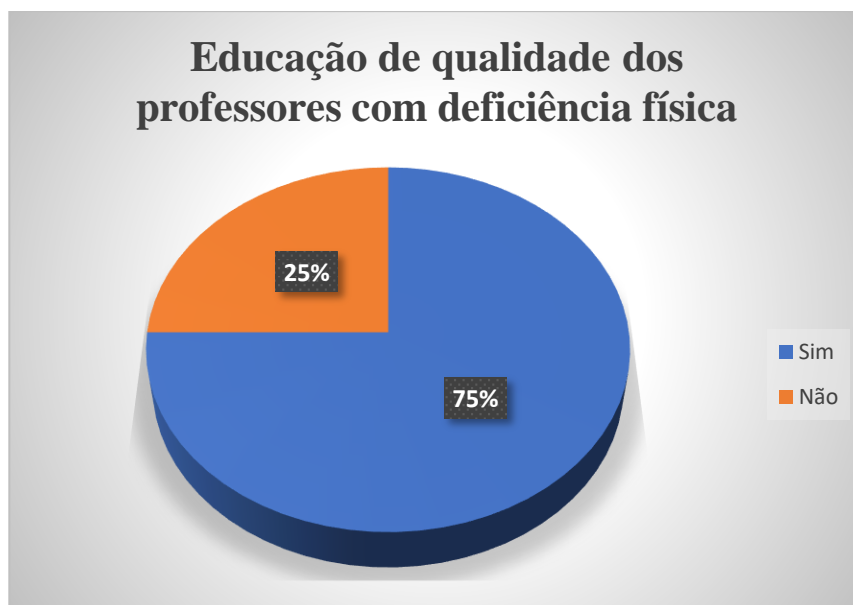
Gráfico 5 – Formação escolar dos Professores com deficiência física



Fonte: VARGAS, Fábio, 2022

No quinto gráfico da pesquisa foi perguntado aos professores com deficiência física, se eles estudaram em escolas públicas ou privadas. Dessa forma, 100% afirmaram que estudaram em escolas públicas, uma vez que naquele período a única saída encontrada por esses professores com deficiência física para se ter um ensino eram as escolas públicas na época e até hoje. Entretanto uns dos professores com deficiência física entrevistado relatou que naquela época sua educação escolar era difícil pois como seus pais não tinham recursos, ele além de estudar tinha que ajudar de alguma forma os pais no trabalho rural como meio de sustento familiar.

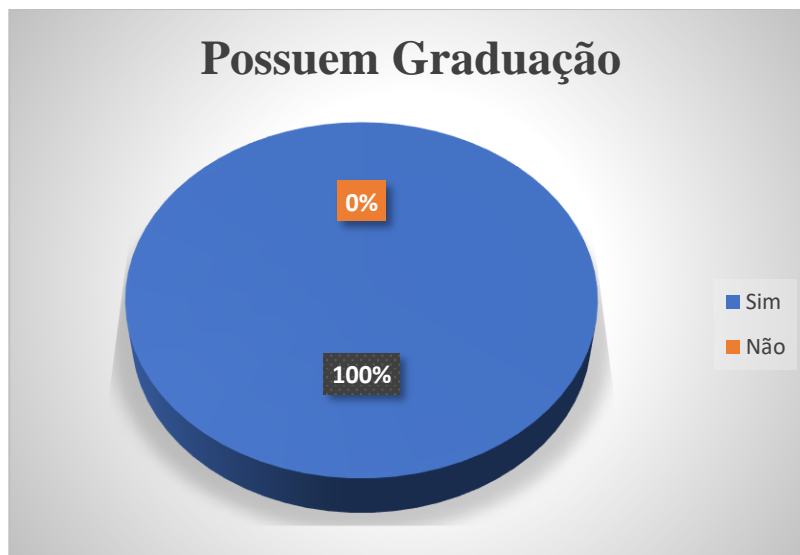
Gráfico 6 – Educação de qualidade dos professores com deficiência física



Fonte: VARGAS, Fábio, 2022.

No sexto gráfico a pergunta feita aos professores com deficiência física foi se eles tiveram um ensino escolar de qualidade no decorrer do seu percurso de escolaridade, 72% dos entrevistados disseram que sim, mesmo não havendo muitos recursos na época no seu ensino eles relataram dizendo que aprenderam de maneira digna de uma boa educação que escola oferecia naquela época bem diferente da que existem hoje em dia, e 28% dos entrevistados disse que não teve um ensino de qualidade no decorrer da sua escolaridade.

Gráfico 7 – Professores com deficiência física que possui graduação



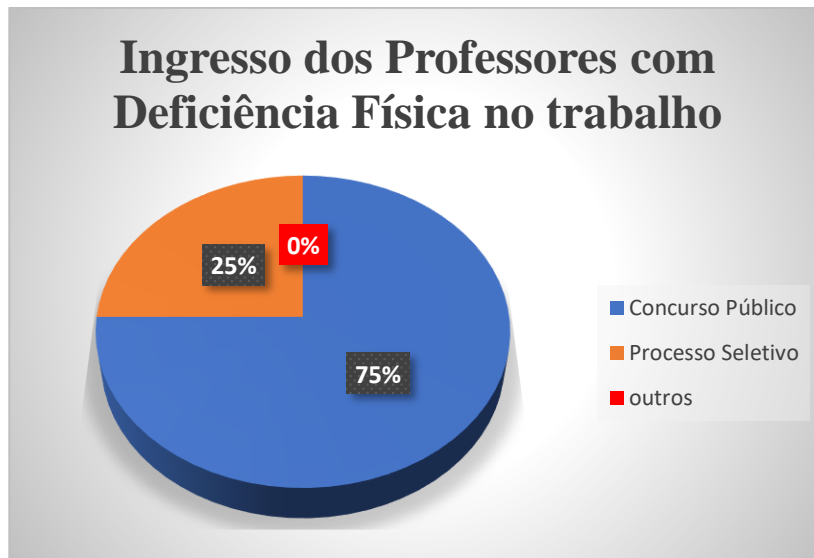
Fonte: VARGAS, Fábio, 2022.

No sétimo gráfico foi perguntado se os professores com deficiência física possuíam graduação acadêmica, 100% dos entrevistados disseram que sim, vale ressaltar que cada um dos professores com deficiências entrevistados possuem graduações acadêmicas diferentes umas das outras, o que nos faz refletir que as pessoas que tem algum tipo de deficiência, sempre estão em busca de ser um profissional qualificado por meio de alguma graduação, sendo que é por meio das graduações acadêmicas que esses profissionais com deficiência consegue muitas vezes ingressar na área de algum trabalho em específico. Por esse enfoque, a educação profissional é concebida como um processo de desenvolvimento do indivíduo para que ele adquira permanentemente aptidões para a vida produtiva, exatamente como preconiza a legislação do MEC (LDBEN, Art.39). Diante disso Magalhães (2006, p39) diz que:

A educação superior no Brasil além de temporã é elitista continuando como espaço para poucos privilegiados. Os extratos minoritários ou não hegemônicos da população como negros indígenas e pessoas com deficiência tem acesso restrito. Soma-se a isto o fato de as possibilidades de acesso serem diretamente proporcionais a origem social e condições socioeconômicas dos alunos.

Considerando o contexto a cima citado no caso aqui em específico como são professores que atuam na área da educação para se adentra em alguma área de trabalho só seria possível por meio de concursos público por meio de cotas que asseguram os direitos dos deficientes no mercado de trabalho ou dentre outros meios o que pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Ingresso dos professores com deficiência física no trabalho



Fonte: VARGAS, Fábio, 2022.

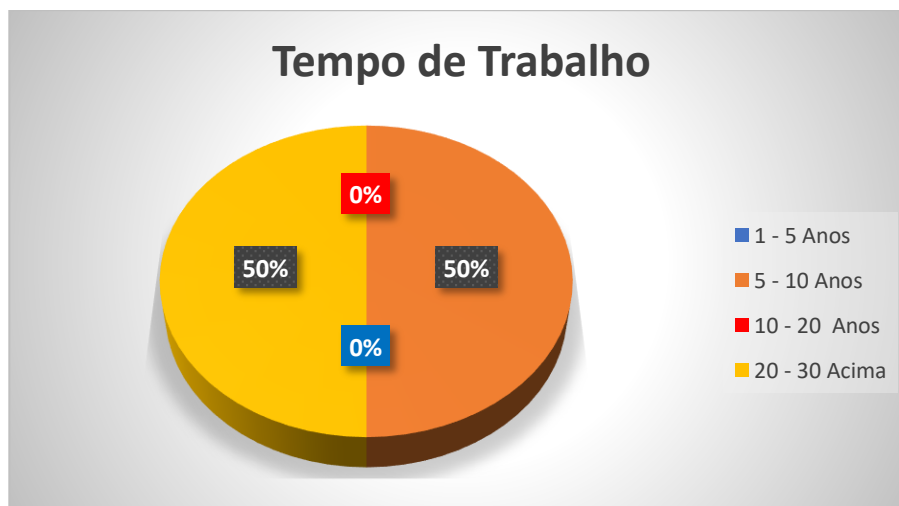
No oitavo gráfico a pergunta feita aos professores com deficiência física foi, qual o meio que eles utilizaram para ingressar na escola em que trabalham, 75% dos entrevistados disseram que ingressaram por meio de concurso público. Comparada aos 25% dos entrevistados que disseram que ingressaram por meio de um processo chamado seletivo que é por onde várias profissionais através desse recurso entregam currículos em algum ponto de recebido para depois serem selecionados e chamados para trabalharem em escolas. Vale ressaltar que a reserva de vagas em concurso público foi estipulada na Lei nº 8.112/90. Assim, nos concursos públicos é obrigatória a reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiências, embora seja facultado aos demais entes federados a fixação de um percentual máximo, respeitando o limite de 20% estabelecido na lei. De acordo com Gugel (2006, p. 96), a Administração Pública deve estabelecer uma meta em torno de 12% (média aproximada entre 5% e 20%) sobre o total de cargos e empregos públicos de cada carreira, visando a efetiva inclusão dos deficientes no mercado de trabalho pela esfera pública, denominada pela doutrina como “reserva real ou lei de cotas”.

3.3 RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO TRABALHO

Este tópico pretende abordar de forma quantitativa e qualitativa as experiências dos profissionais com deficiência física na escola em que trabalham como professor (a), para isso utilizou-se de perguntas fechadas e abertas para coleta de dados, bem como respostas mais profundas dos entrevistados a respeito de suas experiências sobre o fato de atuarem na educação em escolas do município de Tabatinga-AM, discutindo sobre a relação com os colegas de trabalho, tempos de trabalho na escola, com relação professor (a) e alunos perante a aceitação e preconceito tanto em sala de aula como por parte da escola, dificuldades e desafios que enfrentaram na estrutura da escola onde trabalham, bem como quais mudanças e novos horizontes que os professores poderão ter após o fim deste período.

Na primeira pergunta e a décima do questionário foi perguntado aos professores com deficiência física a quanto tempo já trabalham na área da educação.

Gráfico 9 – Tempo de trabalho dos professores com deficiência física



Fonte: VARGAS, Fábio, 2022.

No nono gráfico foi perguntado para os professores com deficiência física a quanto tempo já trabalham na área da educação como pode observa 50% disseram que a mais de 10 anos e os outros 50% dos entrevistados disseram que as de 30 anos já exercem essa função de professor contribuindo para o ensino.

Na pergunta seguinte foi indagado como é a relação desses professores com deficiência física na instituição que trabalham com os colegas de profissão.

De respeito, colaboratividade e muito empenho em fazer a “diferença” (PROFESSOR (a) 1, 2022).

Sempre me dei muito bem com meus colegas, que acima de tudo os respeito por mutuo nos damos muito bem (PROFESSOR (a) 3, 2022).

Uma relação saudável. (PROFESSOR (a) 4, 2022).

Percebe-se pelas falas dos professores com deficiência física que de modo geral a maioria disse que a convivência com seus colegas de profissão no trabalho é uma relação de respeito por ambas as partes mostrando de alguma maneira que não importa a deficiência o importante em primeiro lugar é o respeito independente de qualquer coisa. Ainda segundo um professor (a) “que a relação com os colegas de profissão é muito boa” afirmando que durante esse período todo de sua profissão nunca houve uma divergência entre ambas as partes (PROFESSOR (a) 2, 2022).

Sabemos que o preconceito sempre fez parte da nossa sociedade desde de muito tempo e até hoje nos dias atuais e uma parte dessa parcela que sofre preconceito são as pessoas com deficiência. Na décima segunda pergunta aberta do questionário, perguntou-se aos professores com deficiência física se eles sofreram preconceito ao ingressar na escola como profissional de Educação.

Nunca percebi, se alguém teve ou tem, não demonstraram (PROFESSOR (a) 1, 2022).

Não sofri preconceito no início, mais no decorrer dos anos sempre acontece algo referente a isso (PROFESSOR (a) 4, 2022).

Nunca sofri pelo contrário fui bem recebido na instituição que trabalho (PROFESSOR (a) 2, 2022).

Não, mesmo sendo deficiente físico, não houve nunca nenhum preconceito para com a minha pessoa (PROFESSOR (a) 3, 2022).

Os professores responderam que de acordo com o que foi proposto pela pergunta que nunca sofreram preconceito algum ao ingressar na instituição que trabalham com profissional da educação. Nota-se que os professores entrevistados foram bem objetivos as suas repostas demonstrando que a inclusão de professores com deficiência física, são bem aceitas pelas escolas para trabalhar.

Na décima terceira pergunta feita, foi indagado no questionário para os professores com deficiência física se a escola possui uma infraestrutura adequada para eles.

Infelizmente falta alguns aspectos, principalmente a falta de banheiro adaptável para pessoas com deficiência (PROFESSOR (a) 1, 2022).

Não necessariamente eu precise de uma estrutura adequada na escola, mais analisando bem o espaço dessa escola aonde trabalho precisa de uma infraestrutura mais acessível não só para os profissionais com deficiência como também para alunos os com deficiência (PROFESSOR (a) 2, 2022).

Não, pois pelo o que vejo falta acessibilidade na infraestrutura da escola para que ela se torne uma instituição modelo como já existem em outras partes do país (PROFESSOR (a) 3, 2022).

Não, a escola não possui uma infraestrutura adequada para o profissional com deficiência física (PROFESSOR (a) 4, 2022).

Pelas respostas obtidas, todos os professores responderam que a escola onde atuam como educadores não possui infraestrutura adequada para pessoas com deficiência física, como no caso da primeira resposta que a falta de banheiro adaptável para pessoas com deficiência é algo que precisa ser mudado nas estruturas arquitetônicas das escolas do município de tabatinga-AM. Analisando a segunda resposta obtida por um profissional com deficiência física percebemos que ele destaca que por não precisar necessariamente de uma infraestrutura adequada na escola em que trabalha, não quer dizer que a escola não precise de uma estrutura acessível para as pessoas com deficiência. Já as duas últimas respostas dos professores destacam que além das escolas que eles trabalham não possuem infraestruturas adequadas dizem que acessibilidade faz muita falta nas estruturas arquitetônicas da escola.

Por isso vale ressaltar que a acessibilidade é fundamental para a inclusão de pessoas com deficiência física, fazendo com que os locais de acesso ao trabalho fiquem cada vez melhor e adaptável para esse público, por exemplo, incluindo facilidades para entrar e se movimentar a qualquer cômodo de qualquer espaço como acesso a banheiros e lavatórios, as saídas e entradas e dentre outros.

Na pergunta seguinte foi perguntado para os professores com deficiência física quais foram suas primeiras impressões ao ingressar numa escola como profissional e também quais os desafios e obstáculos que eles enfrentaram no primeiro momento dentro da escola.

Para mim foi um grande desafio como profissional. E um dos grandes desafios e obstáculos é que os alunos precisavam de um profissional com uma formação adequada pois a havia uma carência a ser superada no ensino aprendizagem desses alunos (PROFESSOR (a) 4, 2022).

As minhas primeiras impressões foram as melhores, pois era algo que sempre quis que é o de ensinar. Sempre vai haver desafios e obstáculos mais a minha condição física fez com que derrubasse muitos desafios, principalmente mostrando que tenho potencialidade para exercer a função de educador (PROFESSOR (a) 1, 2022).

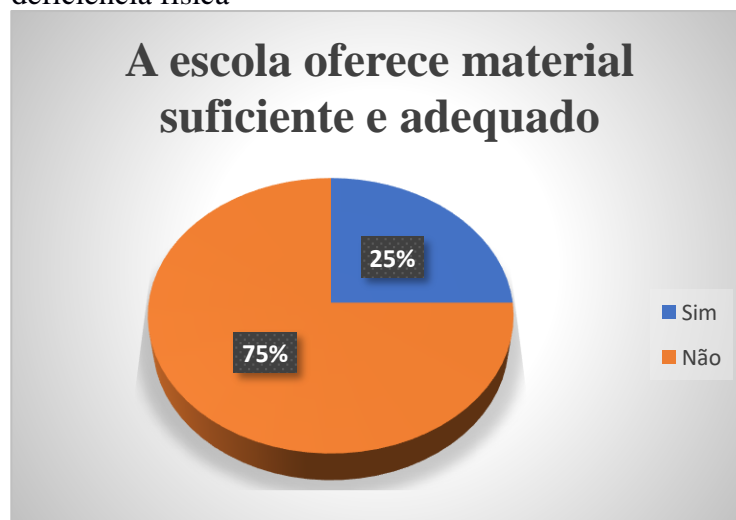
Minhas primeiras impressões foram muito boas pois tinha acabado de me formar como profissional para atuar em escolas. Os desafios e obstáculos foram com os alunos por medo de não conseguir ensinar e até mesmo pela aceitação por partes deles mais no final deu tudo certo e hoje em dia eles me amam como eu também amo eles meus alunos (PROFESSOR (a) 2, 2022).

Foi de não conseguir ser um bom professor. Meu grande desafio foi que fui trabalhar numa escola cujos alunos eram 90% filhos de seringueiros e fazendeiros eles tinham um linguajar diferente então pensei que não ia conseguir me adaptar com eles mais no final deu tudo certo e acabei me adaptando (PROFESSOR (a) 3, 2022).

Percebe-se através das respostas obtidas pelos professores com deficiência física que a grande maioria disseram que os desafios e obstáculos enfrentados foram diante dos alunos de não conseguirem se adaptarem, gerando um medo de fracassar no seu ensinamento e até mesmo pela aceitação por parte dos alunos pois era a primeira vez que esses professores exerciam função de educador dentro de uma escola. Diferentemente da segunda resposta de um dos professores que diz que sua impressão foi a melhor coisa pois sempre quis atuar na área da educação, relatando ainda que sua condição física jamais lhe impediria de mostrar seu potencial para exercer seu papel e função de professor. Observa-se que esses profissionais com medos e com suas limitações físicas nunca desistiram de seus propósitos e objetivos no decorrer de sua carreira profissional como educador, pelo contrário mostraram que são capazes e competentes para o trabalho.

Na décima quinta pergunta do questionário foi perguntado aos professores com deficiência física se a escola oferecia material suficiente e adequado para desenvolver as suas atividades escolares.

Gráfico 10 – a escola oferece material suficiente e adequado para os professores com deficiência física



Fonte: VARGAS, Fábio, 2022

No décimo gráfico foi perguntado para os professores com deficiência física se a escola oferecia materiais suficientes e adequados para desenvolver suas atividades escolares como pode observar 75% disseram que “não” que a escola não oferece o material suficiente para poder trabalhar com seus alunos e os outros 25% do entrevistado disse que “sim” que a escola sempre oferece o material suficiente e adequado para a prática de atividades.

Analisando o gráfico acima percebemos que a maioria dos entrevistados responderam algo natural das escolas que muitas das vezes não oferece o material adequado e

suficiente para os educadores desenvolverem suas atividades em sala, como muitas das vezes esses profissionais acabam tirando do próprio bolso para comprar matérias que é obrigação da escola sempre disponibilizar.

Na décima sexta pergunta do questionário foi perguntando aos professores com deficiência física qual a relação com os alunos em sala de aula e se eles sofreram preconceitos por parte desses alunos para lhe aceitarem com educador.

Minha relação com meus alunos é tranquila, de respeito, de diálogo. A resistência acontece pelo mesmo fato, a falta de interesse dos mesmos pelos estudos (PROFESSOR (a) 1, 2022).

Sempre tive uma boa relação com meus alunos até hoje. Nunca sofri resistência para mim aceitarem pelo contrário fui bem recebido por eles (PROFESSOR (a) 2, 2022).

Sempre me dei muito bem com meus alunos, às vezes, em cada turma tem 2 ou 3 que tentam me rejeitar mais eu tento tirar essa resistência por meio do diálogo e respeito (PROFESSOR (a) 3, 2022).

Uma relação amigável com meus alunos. Não tive nenhum problema quanto a minha aceitação em sala de aula (PROFESSOR (a) 4, 2022).

Na pergunta seguinte foi perguntado para os professores com deficiência física se eles possuem alunos com deficiência física em sala de aula e que metodologia eles utilizam para ensinar esses alunos com deficiência.

Com deficiência física não, mas de comportamento sim, dois autistas e um retardo mental. Método que utilizo e fazer eles interagirem um com os outros alunos sem excluir nenhuma e na hora das atividades trabalho de maneira igual com os outros sendo que com eles o ensino é mais elaborado pois sabe que o ensino com esses alunos com deficiência é mais de devagar, mas sei que no final eles conseguem terminar as atividades propostas por mim educadora (PROFESSOR (a) 1, 2022).

Sim tenho alunos com deficiência física em sala de aula. O método que são utilizados são em conjunto com uma auxiliar que me ajuda em sala de aula com esses alunos com deficiência é de uma forma mais elaborada para tentar suprir sua necessidade perante ao ensino aprendizagem desses alunos.

Nunca tive nenhum aluno com deficiência física durante esses anos todos como profissional da educação (PROFESSOR (a) 3, 2022).

Não (PROFESSOR (a) 4, 2022).

Observa-se que nas respostas obtidas dos professores com deficiência física que dois deles contribui para o ensino/aprendizagem de aluno com deficiência o que nos mostra que eles tem total capacidade para ensinar, fazendo uso de métodos elaborados como eles dizem pois já que esses alunos com deficiência aprender mais devagar e requer pouco de uma atenção na hora de ensinar e das atividades mais isso não impedi que os alunos possam aprender de maneira digna sem nenhuma restrição do ensino dos outros alunos. Vale ressaltar que um dos professores ainda possui ajuda de um (a) auxiliar preparados profissionalmente dentro de sala de aula com o intuito de contribui em conjunto para melhor ensinamento dos alunos que algum tipo de deficiência. Os outros dois professores com deficiência física

responderam que não possuem nenhum aluno com qualquer tipo de deficiência dentro da sala de aula. Isso nos mostra que até hoje há uma grande defasagem da falta da inclusão de alunos com deficiência física em escola no município de tabatinga-AM ainda é grande, mas se formos pensar isso só acontece devido à falta muitas das vezes de infraestrutura das instituições e até mesmos os descasos dos pais que não matriculam seus filhos com deficiência em escolas públicas pelo simples fato de eles pensarem que seus filhos não podem ser independente e principalmente seguir uma carreira profissional. Entretanto esses professores com deficiência física nos mostram que qualquer pessoa pode sim ter uma carreira profissional por mais difícil que seja.

Na penúltima pergunta feita aos professores com deficiência física, foi perguntado se eles acreditam que o sistema de educação do Município ou Estado tem garantido a inclusão de professores com deficiência física nas escolas para atuarem como profissionais e de que maneira.

Acredito que a inclusão só não acontece com maior frequência porque os próprios pais e responsáveis por crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência não se preocupam em matriculá-los para estudarem para poderem seguir uma carreira profissional. Falta mais interesse em lutar pelos nossos direitos (PROFESSOR (a) 1, 2022).

Acredito que sim que o sistema educacional tanto do município quanto do estado tem garantido a inclusão dos professores com deficiência física no campo da educação através dos concursos públicos ofertados pelos órgãos estaduais e municipais. Diante disso sempre me trataram da melhor forma possível por conta disso (PROFESSOR (a) 2, 2022).

Infelizmente nem estado e nem município garante a inclusão de profissionais com algum tipo de deficiência, pois além de mim que tenho uma deficiência física não tenho informações nenhuma de professores com deficiência física inserido no campo da educação. (PROFESSOR (a) 3, 2022).

Observa-se que 2 (dois) professores com deficiência física entrevistados responderam que, o sistema de educação tanto do município quanto do Estado garante a inclusão de professores com deficiência para atuarem no campo de ensino por meio de concursos públicos garantido por lei de cotas e ainda dizem que isso só não acontece mais pelo fato dos pais que tem filhos com deficiência não deixarem eles estudarem para poder ter uma carreira profissional no futuro. Já as respostas dos outros 2 (dois) professores com deficiência física já diz ao contrário, um deles disse que infelizmente o sistema de educação como do estado e do município não garante a inclusão de profissionais com deficiência para trabalharem no campo da educação e ainda um deles completa dizendo que não tem conhecimento nenhum se há outros professores com deficiência trabalhando em escola como professor no município já o outro professor com deficiência física respondeu “não” deixando de argumentar sobre essa temática que é de suma importância pois sabemos que as pessoas que tem deficiência física

tem o total direito de ser um profissional da educação. Sendo assim vale ressaltar que mesmo com uma grande evolução, ainda se tem um grande caminho a ser trilhado para que o mercado de trabalho inclua as pessoas com deficiência física, de forma justa, igualitária e respeitando as diferenças e valorizando suas potencialidades.

“Ao contrário de antigamente, quando as pessoas com deficiência eram tidas como peso morto para a sociedade ou, na melhor das hipóteses, uma mão-de-obra barata, hoje estas pessoas representam um impacto considerável na economia de qualquer país, quando estão trabalhando formalmente” (BAHIA, 2006, p. 06).

Por fim, foi perguntado aos professores com deficiência física, sua opinião sobre se o sistema de educação do Município ou estado onde eles prestam serviço docente tem colaborado para a permanência de profissionais com deficiência física na escola.

Acredito que sim, pelas cotas oferecidas as vagas os cargos de servidores como, merendeira, assistente administrativo, professor e entre outros. Mas que infelizmente não são ocupadas por pessoas deficientes, por não terem estudos. Isso acontece pelo descaso dos pais que não matricula, pelo descaso do poder público, pois a falta de transporte, ruas acessíveis dificulta o acesso (PROFESSOR (a) 1, 2022).

Sim acredito que o sistema educação tem colaborado para minha permanência como docente na escola em que trabalho (PROFESSOR (a) 2, 2022).

Não (PROFESSOR (a) 3, 2022).

Não (PROFESSOR (a) 4, 2022).

Percebe-se que a resposta dos dois professores com deficiência física, entrevistados sobre o sistema de educação do município e do estado perante a permanência de profissionais com deficiência física a atuarem no campo da educação eles afirmam que o sistema garante sim a permanência de profissionais com deficiência e, além disso, disseram que só não acontece mais pela falta de deficientes não possuírem estudos e nem qualificação e isso acaba fazendo com que as vagas dessa classe de público sejam substituídas por outras pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência. Mas isso ocorre por que a sociedade cria problemas e barreiras para as pessoas com deficiência, causando-lhes incapacidades ou desvantagens no desempenho de papéis sociais. Essas barreiras consistem em: políticas discriminatórias e atitudes preconceituosas que rejeitam as minorias e as suas diferenças, desconhecimento das necessidades especiais e direitos das pessoas com deficiência, entre outros. E é no mercado de trabalho que essas barreiras se tornam ainda mais contundentes (BAHIA, 2006, p. 07).

Entretanto por isso que as leis de cotas estão sempre em vigor garantido os direitos da inclusão das pessoas com deficiência na área do trabalho sempre buscando o direito de igualdade para todos. A lei vigora a mais de 20 anos, porém, algumas empresas não a cumprem e têm como uma das justificativas a falta de mão de obra qualificada. Não é tarefa fácil avaliar a qualificação das pessoas para o trabalho, mesmo porque parte da qualificação

de um empregado ocorre ao longo do exercício das atividades que realiza dentro da empresa. Além do treinamento que o trabalhador recebe no próprio local de trabalho, pode-se avaliar sua qualificação considerando seus anos de estudo e de trabalho formal. (Pessoa com Deficiência - Censo 2010, 05/10/2014; Jus Brasil - Lei 8213/91- Art 93, 07/11/2014).

“As empresas se tornam verdadeiramente inclusivas na medida em que suas motivações não se restrinjam ao cumprimento da Lei de Cotas e, sim, que se fundamentem na crença de que a contratação de pessoas com deficiência e o consequente atendimento às suas necessidades especiais beneficiam a todos, inclusive as próprias empresas, e refletem conceitos altamente valorizados no Século XXI” (SASSAKI, 2006, p. 05).

Por fim vale destacar que os dois professores com deficiência física entrevistado responderam que “não” sem dizer o porquê, que o sistema de educação tanto do Estado como do Município não tem garantido a permanência de professores com deficiência no campo da educação, fazendo nos imaginar que isso não acontece porque o sistema não está preparado para receber esse público nas escolas para colaborar no ensino da educação. Ressalto aqui ainda dizendo que a total falta de conhecimento do assunto deficiência por muitas pessoas, torna as barreiras atitudinais o preconceito, ainda ser um dos grandes obstáculos para a inclusão da PcD no trabalho. "Se é fato indiscutível que os PcD não estão capacitados para o mercado de trabalho, é fato também que a capacidade desses depende da oportunidade" (RIBAS, 2005, p. 08). Destaco ainda que a maior parte das Empresas estão preparadas para receber apenas alguns tipos de deficiência, as mesmas não têm estrutura física e tecnológica para abranger todas as deficiências, e isso acontece muitas das vezes pela falta de conhecimento por conta de alguns gestores e isso acaba causando a dificuldade na progressão profissional das pessoas com deficiência de adentrarem no mercado de trabalho.

De um modo geral, pode-se concluir que através das análises dos resultados dos entrevistados sobre as experiências dos profissionais com deficiência física nas escolas, ficou claro em seus relatos que uma das grandes dificuldades que a pessoa com deficiência física encontra na busca pelo emprego no mercado de trabalho são as oportunidades que o mercado não oferece como devia para esse público, assim como a acessibilidade, decorrente de pressupostos históricos segundo os quais o deficiente físico eram tratado como um ser incapacitante, devido a sua limitação física corporificada na aparência mostrando um total preconceito com essas pessoas de adentrarem no mercado de trabalho alegando sempre que pessoas com deficiências nunca seriam capazes de seguir uma carreira profissional. É oportuno salientar que o preconceito aflige diretamente a autoestima desses sujeitos, que são afrontados por suas limitações físicas, configurando-o como um sujeito diferente das pessoas

que se julgam normais e tornando-os inseguros, além de que, atitudes desta natureza contribuem para fomentar a exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), buscou ao longo dos capítulos relatar a pesquisa feita com os professores com deficiência física a fim de analisar sobre a “Deficiência Física: a experiência de profissionais com deficiência em escola pública no Município de Tabatinga-AM”, uma vez que é difícil encontrar pessoas com deficiência atuando no campo da educação não só como educador mais em outras áreas do mercado de trabalho.

Apesar da pesquisa, surgir do objetivo inicial que é de conhecer como os professores com deficiência consideram suas experiências de inclusão no campo da educação, o que se buscou neste trabalho foi estabelecer a importância da inclusão que os profissionais com deficiência tem para a área da educação, principalmente neste período de hoje, que as leis e os direitos dessa classe de público precisa ser exercida e cumpridas com a devida ordem.

Outra constatação volta-se à infraestrutura das escolas, que precisa estar adequada às necessidades desses profissionais como forma acessível, no entanto, parece que as atitudes colaborativas dos professores com deficiência física vêm a amenizar os efeitos negativos das barreiras arquitetônicas. Percebeu-se durante a pesquisa que os professores foram pegos de surpresa no começo de sua carreira como educador e que eles não tinham noção de como esse ensino ocorreria dentro do espaço escolar, mas que apesar das dificuldades e dos obstáculos no início, os professores com deficiência física conseguiram driblar as mesmas encontradas nesse decorrer do período.

Dessa forma com esse Trabalho de Conclusão de Curso, buscou-se analisar, mais do que o papel do profissional, uma vez que o foco foi em compreender as experiências dos entrevistados como pessoa/professor, que durante esse tempo de carreira colaborando com educação escolar, enfrentaram muitas desafios e principalmente dificuldade, mas que foram exemplos de superação, no qual muitos encontravam-se com medo dessa nova fase que se iniciava na vida desses profissionais com deficiência física, e apesar desses dos professores terem conseguido passar da fase mais dura, é preciso lembrar ainda que foi através do seu trabalho, dedicação e exemplo que eles fizeram a diferença na vida de muitos alunos no decorrer desses anos todos.

Para que a pesquisa fosse feita, muitas horas foram dedicadas a estudos de diferentes autores, que contribuíram para o embasamento teórico, além disso várias dificuldades foram encontradas ao longo do caminho, sobretudo devido ao distanciamento social, uma vez que, o que poderia ter sido realizado em dias estendeu-se por semanas. Contudo, pontos positivos

também puderam ser observados, como por exemplo a empatia gerada pelos professores com deficiência física que já passaram pela mesma situação de pesquisa, a gentileza que todos ofereceram ao responder as perguntas, e também as escolas que cederam seus profissionais com deficiência bem como o espaço para que o pesquisador pudesse aplicar seu questionário.

Cabe lembrar ainda que o trabalho procurou construir ao longo da pesquisa um diálogo com os profissionais com deficiência física a fim de demonstrar a superação de conquista existentes em cada profissional com deficiência física nas escolas, através de suas lutas pelo direito de exercer sua profissão, mostrando suas capacidades de melhorar a vida e a educação brasileira com um olhar de diversidade, uma vez que as questões sobre o profissional com deficiência física merecem ser discutidas e repensadas, pois os debates deverão existir para saber que essa classe de público precisam de mais oportunidades não só de emprego mais que a sociedade vejam que eles tem o total direito de igualdade como um todo.

Por fim, vale salientar que a contribuição deste trabalho acadêmico, poderá ajudar a compreender a importância das experiências dos professores com deficiência física e o quanto que, esses profissionais são capazes de contribuir e colaborar não só no campo da educação mais em outras áreas de trabalho, e que apesar das dificuldades e obstáculos que esses professores enfrentam eles sempre estão mostrando capacidade para estar ensinando, pois a dedicação desses profissionais com deficiência fez com que barreiras pudessem ser quebradas perante a inclusão deles no ambiente de trabalho.

Portanto a pesquisa se destaca, pois pode gerar trabalhos futuros e até mesmo abrir um debate sobre como as experiências desses profissionais com deficiência física é importante para que outros discentes no caso, alunos que pretendem seguir a carreira como educador vejam que é um caminho longo a ser percorrido no que rege a educação de pessoas com deficiência mediante ao ensino, principalmente em ressignificar a concepção de inclusão e conceber a diferença como um direito a ser respeitado.

REFERÊNCIAS

- ABNT, 2015. **Norma Brasileira -NBR 9050**–3ª edição. 2015. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf> Acesso em: mar/16.
- AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilo e avestruzes. In AQUINO, Júlio R. Groppa (org). **Diferenças e preconceitos na escola**. São Paulo: Summus, 1995.
- AMIRALIAN M. LT, et al. Conceituando deficiência. Rev. Saúde Pública, v. 34, n.1: p.97-103, 2000. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf>. Acesso em: 02 out. 2015.
- AMIRALIAN, Maria et al. Conceituando Deficiência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, p. 97-103, fev. 2000.
- ARAUJO, Luiz Alberto David. **Pessoa portadora de deficiência: proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. 3 ed. Brasília: CORDE, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos** (NBR 9050:2004) Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro. 2004. Segunda edição. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR90503.1052004.pdf>>. Acesso: 05 Abr. 2015.
- BAHIA, Melissa S. **Responsabilidade Social e Diversidade nas Organizações: Contratando Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
- BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Brasília, p. 1-9, jul.-ago. 2010.
- BRASIL. Medida Provisória nº. 1.799-6, de 10 de Junho de 1999. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.1999.
- BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BRASIL. MEC/Seed/Seesp. **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. Brasília: 2006. Disponível para download em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_df.pdf>. Acesso em: 19 jun 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento educacional especializado. Brasil, DF.2007.

BRASIL, Brasília. Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamentação o 2º do art.36 e os arts.39 a 41, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providencias. Diário oficial, Brasília. 2004.

BRASIL. Ministério do Emprego e do Trabalho. A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. – 2. Ed. – Brasília: TEM, STI, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fisca_trab/inclusão_pessoas_defi12_07.pdf> Acessado em: 14 de fev. 2012.

BRASIL, 2015 **Lei 13.146**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: fev/16.

BRASIL. Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**; *RAIS – Relação Anual de Informações Sociais*, 2000 a 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index>. <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,sistema-de-cotas-a-insercao-das-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho,35419.html>
Acesso em: 30 dez. 2009.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. MEC. SEMTEC. Seminário nacional de educação profissional. “Concepções, experiências, problemas e propostas”. *Documento-base*. Brasília: MEC/SEMTEC/PROEP, 16 a 18 de junho de 2003.

BRASIL. LEI 8213/91 - Art. 93. – **Lei de Benefícios da Previdência Social**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11345588/artigo-93-da-lei-n-8213-de-24-de-julho-de-1991>>. Acesso em: 7 nov. 2014.

BATTISTELLA, Linamara Rizzo. **Conceito de deficiência segundo a Convenção da ONU e os critérios da CIF**. São Paulo: SDPCD, 2011.

BRUMER, A. et al.,. Saindo da “escuridão”: perspectiva da inclusão social, econômica, cultural e políticas dos portadores de deficiências visual em porto Alegre. *Sociologia*, Porto Alegre, v.6.11.p.300-327. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a13.pdf>>. Acesso em: 30 de mar. de 2016.

CARVALHO, Altieri Araújo. São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. Entendendo a deficiência física / Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. – São Paulo : SE, 2012.

CENSO 2010 – **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/node/767>>. Acesso em: 5 out. 2014.

COSTA, V. A. A. **A formação na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade: as experiências dos trabalhadores deficientes visuais do serviço federal de processamento de dados**. 2001. 398 f. Tese (Doutorado, Programa de Educação, História e Filosofia da Educação) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001 a. **A formação do trabalhador com deficiência: questões acerca do trabalho, educação e emprego**. *Revista Escola*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 52-60, 2001b.

COLL, César. *Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas*. In. COLL, César; MARCHESI, Álvaro.; PALÁCIOS, Jesús. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. V.3; 2.ed. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília: Senado, 1999.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília: Senado, 2004.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DI NUBILA, H. B. V.; BUCHALLA, C. M. O papel das Classificações da OMS. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 324-335, 2008.

FEBRABAN, **Pessoas com deficiência direitos e deveres** disponível em: <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWG6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Cartilha_Direitos_Deveres.pdf>=>. Acesso em: 11 jun. 2012.

FIGENBAUM, Joseane. **Acessibilidade no contexto escolar: tornando a inclusão possível**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream_handle_10183_33297_000726075>. Acesso em: 02 Abril. 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1º ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUGEL, M. A. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público**. Goiânia: UCG, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFARB, Cibelle Linero. **Pessoas portadoras de deficiência e a relação de emprego: o sistema de cotas no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.

GUGEL, M. A. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público**. Goiânia: UCG, 2006.

JUNGHANEL, V.; PELLEGRINI, A. M.; NABEIRO, M. Evolução dos padrões fundamentais de movimento arremessar (a distância Cia e ao alvo) e corre em pessoas portadoras de deficiência mental. *Kinesis*. V.2.n.2.p.207-229. 1986.

LARAIA, M. I. F. **A pessoa com deficiência e o direito do trabalho**. São Paulo: PUC, 2009.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas 2000.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Trad. Maria Helena Barreira Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MELO, S.N. **O Direito ao Trabalho da Pessoa Portadora de Deficiência**. São Paulo: LTr, 2004.

MORAES, Marina Grava de. **Acessibilidade e inclusão social em escolas**. Bauru, 2007. Disponível em: <http://www.fc.unesp.br_upload_pedagogia_TCC>. Acesso em: 24 Fev. 2015.

MORENO, A. P. S. *Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho*. 2012, 25f. Relatório de conclusão de Estágio (Curso de Graduação em Administração) – Faculdade Avantis, Balneário Camboriú, 2012.

NABAIS, M.L.M. et al.,. Estudo profissiográfico: o encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho. Benjamin Constant, Rio De Janeiro. V.6. n. p. 8-23. 2000.

NÉRI, M. **Retratos da Deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

NONATO, Domingos do Nascimento. **Acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência**. 2011. Disponível em: <http://www.cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/view/69/69> acesso em: 02 Abr. 2015

NUNES, Sula Cristina Teixeira. **O Programa TEC NEP**. Porto Alegre: UFRS, 2012.

Pessoas com deficiência e teletrabalho: um olhar sob o viés da inclusão social: reflexões á luz do valor social do trabalho e da fraternidade/ Michelle Dias Bublitz- Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBAS, J. Preconceito contra as pessoas com deficiência. São Paulo: Cortez. V.4.2007.

RIBAS, João Baptista Cintra. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livros Editora, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SASSAKI, R. K. "Como chamar as pessoas que têm deficiência". São Paulo. p.1- 6. 2005. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/Site/documentos/espaco-virtual/espaco_educar/educacao-especial-sala-maria-terezamantoan/ARTIGOS/Como-chamar-a-pessoa-que-tem-deficiencia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

SASSAKI, R. K. **Mídia e Deficiência**. Brasília: Agencia de noticia dos direitos da infância e da fundação Banco do Brasil, 2005.

_____. **Como chamar as pessoas que tem deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos** (7a ed.). Rio de Janeiro: WVA (2006).

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações De Gênero E Trabalho Docente Na Educação Infantil: Um Estudo De Professores Em Creche**. Tese de Doutorado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, de. S. *Trabalho, uma necessidade especial: um estudo de caso sobre as oportunidades de emprego para pessoas com deficiência na rede de supermercados Imperatriz*. 2008. Trabalho (Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

_____. **O Direito à Educação Inclusiva, segundo a ONU**. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Corde, 2007.

UNESCO. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros**. Brasília, 2007.

VIÈGAS, C. M. C. **Educação Profissional das pessoas com Deficiência**, Brasília: Universidade Internacional. Lisboa, 2003.

ANEXOS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TABATINGA - CSTB
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO A DOCENTES

Prezado (a) Docente,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **Deficiência Física: A Experiência de Profissionais com Deficiência em Escola Pública no Município de Tabatinga – AM**, sob a responsabilidade de FÁBIO DE LIMA VARGAS orientado pela Professora Darcimar Souza Rodrigues.

A sua participação é voluntária e todas as informações que nos fornecer ou que sejam conseguidas através dos instrumentos de coleta de dados serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos instrumentos de coleta de dados nem quando os resultados forem apresentados.

1. Qual a sua formação? _____

2. Possui graduação? () Sim - () Não. Se Sim, em que área? _____

3. Idade: _____

4. Gênero: () Masculino () Feminino.

5. Quanto sua condição física, como se sente na sociedade?

6. Em que Série escolar trabalha? _____

7. Você estudou em escola pública ou privada? Como se deu sua educação escolar?

8. No decorrer do seu percurso de escolaridade, na educação infantil, fundamental e médio, você considera que teve uma educação de qualidade?

-
-
9. Como se deu o seu ingresso na escola que você trabalha?
-
-
-
10. A quanto tempo você trabalha como profissional da educação?
-
-
-
11. Como é a sua relação com seus colegas professores na instituição que trabalha?
-
-
-
12. Você sofreu preconceito ao ingressar na escola como professor (a)?
-
-
-
13. A escola que você trabalha possui estrutura adequada para o professor (a) com deficiência física?
-
-
-
14. Quais foram suas primeiras impressões ao ingressar numa escola como profissional da área? E quais os desafios e obstáculos que você encontrou no primeiro momento na escola?
-
-
-
-
15. A escola que você trabalha oferece material suficiente e adequado para o desenvolvimento das suas atividades escolares?
-

16. Como é sua relação com seus alunos em sala de aula? Você sofreu resistência por parte deles para lhe aceitarem?

17. Você possui aluno (a) com deficiência física em sala de aula? Que metodologia você utiliza?

18. Você acredita que o Sistema de Educação do Município ou Estado têm garantido a inclusão de professores com deficiência física? De que maneira?

19. Em sua opinião, o Sistema de Educação do Município ou Estado onde você presta o serviço docente tem colaborado para a permanência de profissionais com deficiência física? Se sim como?
